

Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a CGH Rio do Salto

Município de Palmeira/PR

PROCESSO 01508.000851/2016-80



RELATÓRIO FINAL

**Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio
Arqueológico para a CGH Rio do Salto
Município de Palmeira/PR
PROCESSO 01508.000851/2016-80**

RELATÓRIO FINAL

Novembro de 2017

Quadro Resumo

Especificação Técnica: Relatório do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a CGH Rio do Salto, a ser realizada no município de Palmeira, PR, compreendendo uma área aproximada de 4.342 m²

Descrição do Empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica com potência instalada de 1,2 MW e linha de transmissão de 34,5 kV, a ser implantada no Rio do Salto.

Área de abrangência: Município de Palmeira, Estado do Paraná.

Projeto: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a CGH Rio do Salto, município de Palmeira/PR:[PROCESSO 01508.000851/2016-80](#)

Empreendedor: Usina Rio do Salto LTDA

Solicitante: CIA AMBIENTAL Assessoria Técnica Ambiental Ltda.

Execução do Projeto de Pesquisas: Origem Arqueologia Pat. Cultural e Natural S/S Ltda.

Responsável Técnico/Científico: Me. Clayton Galdino

Data: Novembro de 2017

**Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a
CGH Rio do Salto**

EMPREENDEDOR

Razão Social: Usina Rio do Salto

Endereço: Rua Sylvano Alves da Rocha Loures, 233 – Bairro CIC

CEP: 81290-030 – Curitiba - PR

Telefone: (41) 3373-3030

Representante Legal: Raphael Carlos Voigt

Contato: Gelsi Roling

E-mail: gelsi.rg@hotmail.com

RESPONSÁVEL PELO LICENCIAMENTO:

CIA AMBIENTAL - Assessoria Técnica Ambiental Ltda.

CNPJ: 05.688.216/0001-05

Endereço: Rua Marechal José Bernardino Bormann, 821, Bigorrião, Curitiba, PR,
CEP 80.730-350.

Fone/Fax (41) 3336-0888

EXECUÇÃO DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA

ORIGEM ARQUEOLOGIA PAT. CULTURAL E NATURAL S/S LTDA

CNPJ 06.652.577/0001-64

Endereço: Av. Castelo Branco, 519, Jardim Bela Vista, São José dos Campos –
SP, CEP 12209-002

Fones (12) 33077031, 98289-0003

Responsabilidade Científica: Me. Clayton Galdino

INDICE

INTRODUÇÃO.....	6
1. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO.....	8
2. O EMPREENDIMENTO PROPOSTO (SINOPSE).....	9
2.1 Localização do Empreendimento.....	9
2.2 Descrição do Empreendimento.....	10
3. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA.....	13
3.1. Área de Influência Indireta – All.....	15
Meios físico e biótico.....	15
Meio antrópico.....	17
3.2. Área de Influência Direta – AID.....	19
Meio antrópico.....	21
4. OBJETIVOS GERAIS DO PROGRAMA.....	25
5.....	26
ASPECTOS HISTÓRICOS REGIONAIS.....	26
5.1. A Região Metropolitana de Curitiba e a Imigração.....	28
6. CONTEXTO ETNO – HISTÓRICO REGIONAL.....	31
6.1. Povos indígenas.....	32
6.2. Comunidades quilombolas.....	36
6.3. Comunidades faxinalenses.....	40
7.4. Imigrantes poloneses.....	45
6.5. imigrantes ucranianos.....	46
7.1. O patrimônio edificado.....	50
7.2. Monumentos e obras de arte em logradouros públicos.....	60
7.3. O Patrimônio Imaterial.....	67
7.4. Patrimônios paisagístico – culturais.....	77
8.....	80
. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO REGIONAL.....	80
8.1. Grupos caçadores e coletores.....	96
8.2. Grupos Cultivadores e Ceramistas - “Tradição Tupiguarani”.....	97
8.3. Grupos Cultivadores e Ceramistas - “Tradição Itararé”.....	99
9. PROCEDIMENTOS REALIZADOS.....	102
9. PROCEDIMENTOS REALIZADOS.....	102
9.1. Conceituação e metodologia.....	102
9.2. Procedimentos de divulgação e esclarecimento.....	110
10. DESCRIÇÕES SETORIAIS.....	115
11. RESULTADOS OBTIDOS.....	120
11.1. AIHA Casa Hartmann 01.....	121
11.2. AOH Salto 01.....	121
12. ANÁLISE DE IMPACTOS E DIRETRIZES.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132

ANEXOS

- ANEXO 01: Mapa de caminhamento
 ANEXO 02: Fichas de procedimento
 ANEXO 03: Mapa de poços teste;
 ANEXO 04: Mapas de patrimônios;
 ANEXO 05: *shape files*.

INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo apresentar os procedimentos realizados e resultados obtidos referentes ao **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a CGH Rio do Salto**, Município de Palmeira/PR, visando compor o processo de Licenciamento Ambiental do citado empreendimento.

Sinopticamente, o empreendimento em questão consiste na construção de Central Geradora Hidrelétrica com potência instalada de 1,2 MW e linha de transmissão (até 34,5 kV) de 1634 m, a ser implantada no Rio do Salto, pertencente à Bacia do Rio Tibagi e localizada no município de Palmeira, Estado do Paraná.

Por outro lado, no âmbito do processo de licenciamento do citado empreendimento, a empresa Usina Rio do Salto, Ltda, em conformidade com a Instrução Normativa 01 protocolou junto ao IPHAN Paraná, a respectiva Ficha de Caracterização de Atividade – FCA, a qual foi analisada pelo corpo técnico da Superintendência do IPHAN/SP resultando na classificação do empreendimento no que se convencionou denominar como Nível III, conforme Ofício nº 0797/2016 – GAB-IPHAN/PR, exarado pelo Sr. José Luiz Desordi Lauterd (Superintendente Estadual Substituto) em 01 de agosto de 2016 – PROCESSO 01508.000851/2016-80.

Tal classificação implicou na necessidade de elaboração e execução do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, com consequente relatório. Cabe aqui ressaltar que em conformidade com a Instrução Normativa 01, os empreendimentos classificados como nível 03, configuram-se como aqueles caracterizados “ *De média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo, grandes áreas de intervenção, com limitada ou inexistente flexibilidade para alterações de localização e traçado.*”

Outrossim, destacamos que a área proposta para o empreendimento possui características fisiográficas favoráveis a presença de ocupação humana e / ou ocorrência de vestígios arqueológicos, além de estar inserida em região já reconhecida pelo seu potencial arqueológico, tendo sido objeto de estudos sistemáticos de arqueologia desde a década de 1960. Neste ínterim foi registrado um diversificado povoamento desde o período pré-colonial, com datações remontando há cerca de 6000 anos AP, quando a região foi ocupada por grupos caçadores coletores associados a Tradição Umbu. Além disso, há de considerar que esta parte do Estado do Paraná, de maneira geral conta com dezenas de sítios cadastrados, além de inúmeros outros sítios já identificados e estudados, relacionados a grupos caçadores coletores, horticultores e ceramistas e sítios de natureza histórica associados ao período colonial, o que indica um elevado potencial para a área em estudo.

Assim, tendo em vista que já existem sítios e ocorrências arqueológicas registradas nesta parte do Estado do Paraná, pretendemos verificar a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos na área do empreendimento e conseqüentemente contribuir para um melhor entendimento sobre o contexto arqueológico regional e os processos de uso, ocupação e transformação do espaço geográfico em períodos pretéritos, possibilitando melhor compreender a paisagem cultural e os processos de inter-relacionamento Homem/Meio Ambiente nesta parte do território nacional.

Desta forma, diante das transformações decorrentes do empreendimento proposto e em observância aos instrumentos legais referentes ao Patrimônio Arqueológico e Cultural, é que apresentamos o presente relatório, como segue:

1. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO

O estudo aqui realizado objetiva atender às especificidades definidas pelos seguintes instrumentos:

- Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Lei n. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216;
- Portaria SPHAN/MinC 07, de 01.12.1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional;
- Instrução Normativa 01 de 26 de Março de 2015 que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe;
- Ofício IPHAN/PR 0797/16.

2. O EMPREENDIMENTO PROPOSTO (SINOPSE)

2.1 Localização do Empreendimento

A CGH Rio do Salto e sua linha de transmissão se inserem totalmente na área rural do Município de Palmeira, sub-bacia do Rio do Salto, bacia hidrográfica do Rio Tibagi, região hidrográfica do Paraná (bacia 6), compreendendo as bacias dos rios Paranapanema, Amambai e outros (sub-bacia 64).

A CGH aproveita uma queda de 22,5 m contida entre a elevação NAM (nível normal de montante) de 827,50 m e NAJ (nível normal de jusante) de 805 m. A área total ocupada pelo projeto da CGH, incluindo estruturas físicas, reservatório, APP, canteiro de obras, áreas de segurança e ADME, é de aproximadamente 20,92 ha, sendo que deste total, o reservatório existente ocupa uma área total de 6,75 ha (área alagada somada ao leito natural do rio).

As coordenadas geográficas das principais estruturas, conforme projeto de viabilidade são apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 1 - Coordenadas geográficas das principais estruturas da CGH.

Estrutura	Latitude* (S)	Longitude* (W)
Barramento	25°21'12"	49°55'13"
Casa de força	25°20'51"	49°55'05"

* Datum horizontal SIRGAS 2000

Para acessar a CGH Rio do Salto, pode-se percorrer o seguinte itinerário: partindo da cidade de Curitiba: seguindo pela BR-277 até o Município de Balsa Nova, no entroncamento segue-se pela BR-376. Aos 22 km mantém-se a esquerda no contorno e pega-se a estrada secundária sentido Colônia Quero-Quero a direita, por onde segue-se por cerca de 6,5 km até o local do empreendimento.

A figura 3 adiante ilustra a localização da CGH Rio do Salto e principais acessos.

2.2 Descrição do Empreendimento

O local onde se situa a CGH Rio do Salto é caracterizado por um reservatório já consolidado, barramento existente e um desnível concentrado que motivou a escolha do eixo para construção da CGH, não havendo a necessidade de alagamento de propriedades ou supressão da vegetação para formação do reservatório (com exceção da área de implantação a tomada d'água). Além disso, haverá o aproveitamento de maior queda com uma barragem relativamente baixa e circuito derivativo curto. A queda principal e o barramento/reservatório da CGH Rio do Salto são apresentados na figura a seguir.



Figuras 1 e 2 – Queda d'água principal e reservatório/barramento existente.

O circuito hidráulico foi proposto pela margem direita, em área pertencente ao empreendedor. A adução inicia com uma tomada de água superficial junto à ombreira direita da barragem, de onde segue em canal a céu aberto por uma encosta íngreme, com pressurização ao final em um conduto metálico até a casa de força. Após passar pela turbina a água é restituída ao rio através de um canal de fuga.

A casa de força é do tipo semi-abrigada, dotada de uma unidade geradora de 1,20 MW, com turbina tipo Francis.

Este arranjo permite aproveitar o reservatório existente com o N.A. Máximo Normal na cota de elevação de 827,50 m, e restituir as vazões turbinadas com N.A. Normal na cota de elevação de 805 m.

A usina, com arranjo derivativo, tem *layout* trivial com captação a montante da queda d'água principal, circuito hidráulico em canal e conduto forçado, e casa de força ao final da queda d'água.

Tabela 2 – Dados gerais e resultantes dos estudos energéticos da CGH Rio do Salto.

CGH Rio do Salto	Unidade	Dados gerais
Potência instalada	MW	1,2
Número de unidades geradoras	Unidade	1
Energia média (garantia física)	MW médios	0,80
Fator de capacidade	%	40
N.A. normal de montante	m	827,50
N.A. normal de jusante	m	805,00
Queda bruta	m	22,5
Queda líquida	m	21,6
Cota do reservatório	m	827,50
Cota do canal de fuga	m	801,65
Vazão média de longo termo (Q_{MLT})	m^3/s	5,71
Vazão turbinada	m^3/s	5,30
$Q_{7,10}$	m^3/s	0,76
Vazão sanitária mínima estimada (50% da $Q_{7,10}$)*	m^3/s	0,38
Rendimento do conjunto turbina/gerador	%	88,30

* Adotando-se o critério de 50% da $Q_{7,10}$ para definição da vazão remanescente, conforme manual de outorga da antiga SUDERHSA.

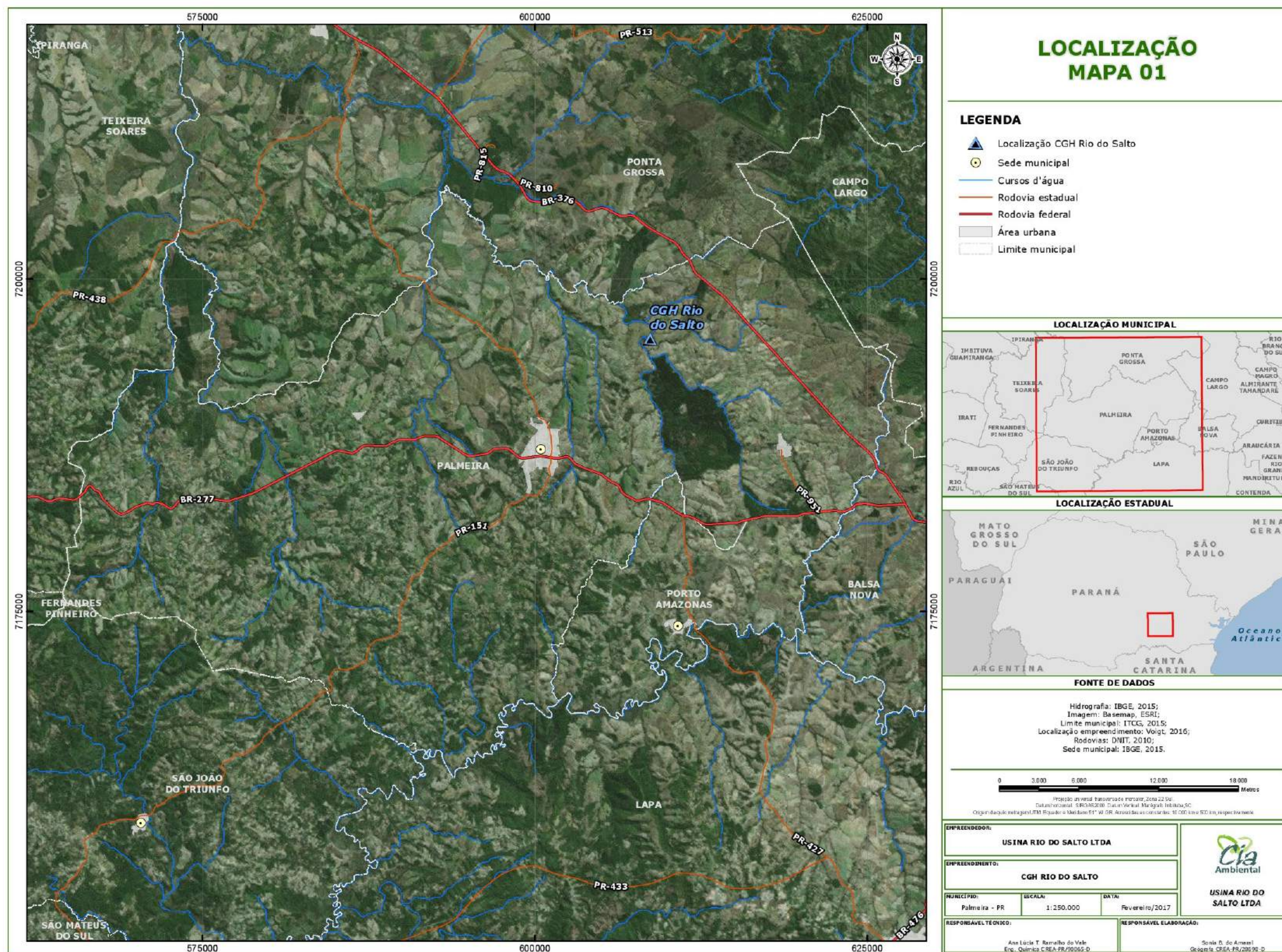


Figura 03: localização do empreendimento

3. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Todo empreendimento influencia pelo menos três áreas afins e, geralmente, contíguas: a Área Diretamente Afetada, a Área de Influência Direta e a Área de Influência Indireta. Estas áreas são a delimitação geográfica onde ocorrem as modificações ambientais, quer sejam elas permanentes ou temporárias. Nestas áreas são introduzidas pelo empreendimento elementos que afetam as relações físicas, físico-químicas, biológicas, e sociais do ambiente (FOGLIATTI *et al*, 2004) (fig. 4).

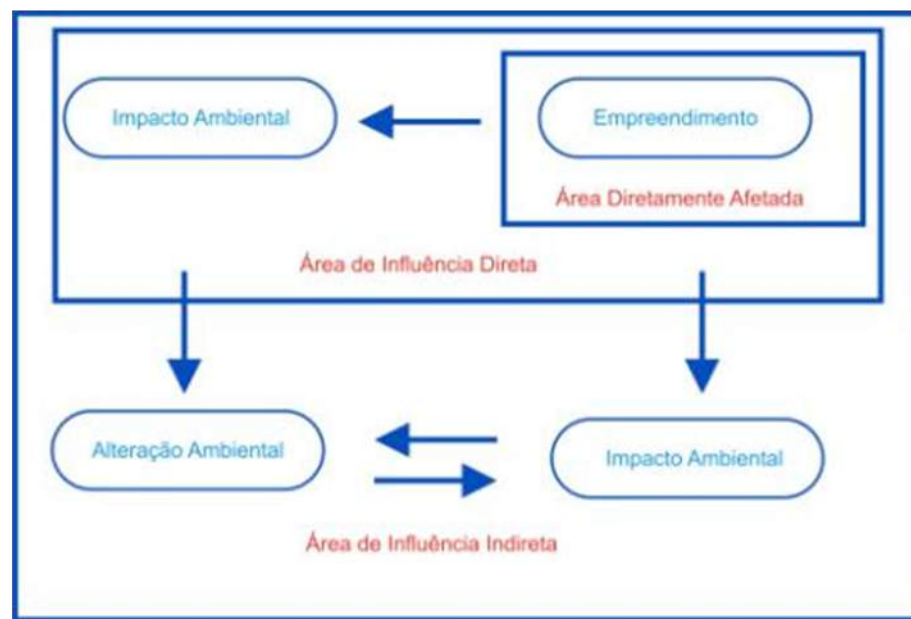


Figura 4: Áreas de Influência. Modificado de Fogliatti et al (2004).

Para o estudo das áreas de influência do empreendimento sobre o patrimônio cultural arqueológico devem-se considerar os modos de inserção desse recurso não somente no meio físico, mas também no contexto sociocultural. Além disso, esses bens estão inseridos em ambiente natural cujas características morfológicas e topográficas podem influenciar na sua conservação, de forma que, essas características, juntamente com os fatores de transformação antropogênica, são fundamentais para que se possa compreender o sítio arqueológico, seu grau de preservação e associá-lo ao histórico da ocupação humana da área de estudo.

O patrimônio arqueológico e histórico-cultural¹ de uma região é constituído pelos vestígios materiais remanescentes, representativos dos processos culturais

1

que nela se sucederam em períodos pré-históricos e históricos, podendo apresentar, portanto, uma ampla abrangência temporal, tornando-se necessário para caracterizá-lo:

- A identificação dos vestígios materiais associados aos antigos assentamentos das populações que ocuparam a região em que se insere a área de estudo, em tempos anteriores e posteriores à colonização européia;
- A caracterização do potencial informativo e de preservação desses vestígios, avaliando sua importância científica e patrimonial (aspectos públicos, históricos, culturais, etc.);
- A estimativa do potencial apresentado pela área para preservação de bens de interesse arqueológico e histórico-cultural e a avaliação das fragilidades a que esse patrimônio está sendo submetido, seja por fatores de origem natural ou humana.

O potencial arqueológico de uma área, ou seja, a probabilidade de ocorrência de vestígios culturais materiais que apresentem significância arqueoinformativa, é indicado e varia de acordo com os contextos histórico e ambiental apresentados, sendo referenciados pelos diferentes padrões pretéritos de assentamento humano e de uso do solo conhecidos. Assim, a natureza dos bens arqueológicos, componentes do patrimônio cultural da Nação, indica que os mesmos sejam avaliados, nos estudos ambientais, como componentes do meio antrópico. No entanto, as áreas de influência para essa disciplina devem ser associadas àquelas definidas para o meio físico, uma vez que os registros dos vestígios materiais das atividades ou dos usos passados de um determinado local são normalmente encontrados preservados no solo, esse, por sua vez, entendido como a matriz de sustentação dos recursos arqueológicos.

Assim, para instruir os trabalhos de elaboração do Diagnóstico as áreas de influência para que serão consideradas são:

Entende-se aqui o patrimônio arqueológico e histórico-cultural como "(...) os aspectos físicos, naturais e artificiais, associados às atividades humanas, incluindo sítios, estruturas e objetos possuindo significância, individualmente ou em grupo, em história, arquitetura, arqueologia ou desenvolvimento (cultural) humano." (FOWLER, 1982 apud CALDARELLI, 1999:347).

3.1. Área de Influência Indireta – All

A All compreende a área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta.

Meios físico e biótico

O conceito de influência indireta considera a possibilidade de dispersão dos impactos diretos do empreendimento através de reações secundárias ou de uma cadeia de reações, ou seja, reflexos destes que não primariamente vinculados à fonte geradora.

Em projetos hidrelétricos, mesmo de pequeno porte, como a CGH Rio do Salto e LT, têm-se a área de abrangência da bacia hidrográfica do rio afetado como unidades de planejamento e estudo, dadas as similaridades de condições ambientais e a possibilidade de propagação de impactos. Desta forma, a All para o presente estudo é representada pela bacia hidrográfica do Rio do Salto.

A representação gráfica para a área de influência indireta dos meios físico e biótico é apresentada na figura 05.

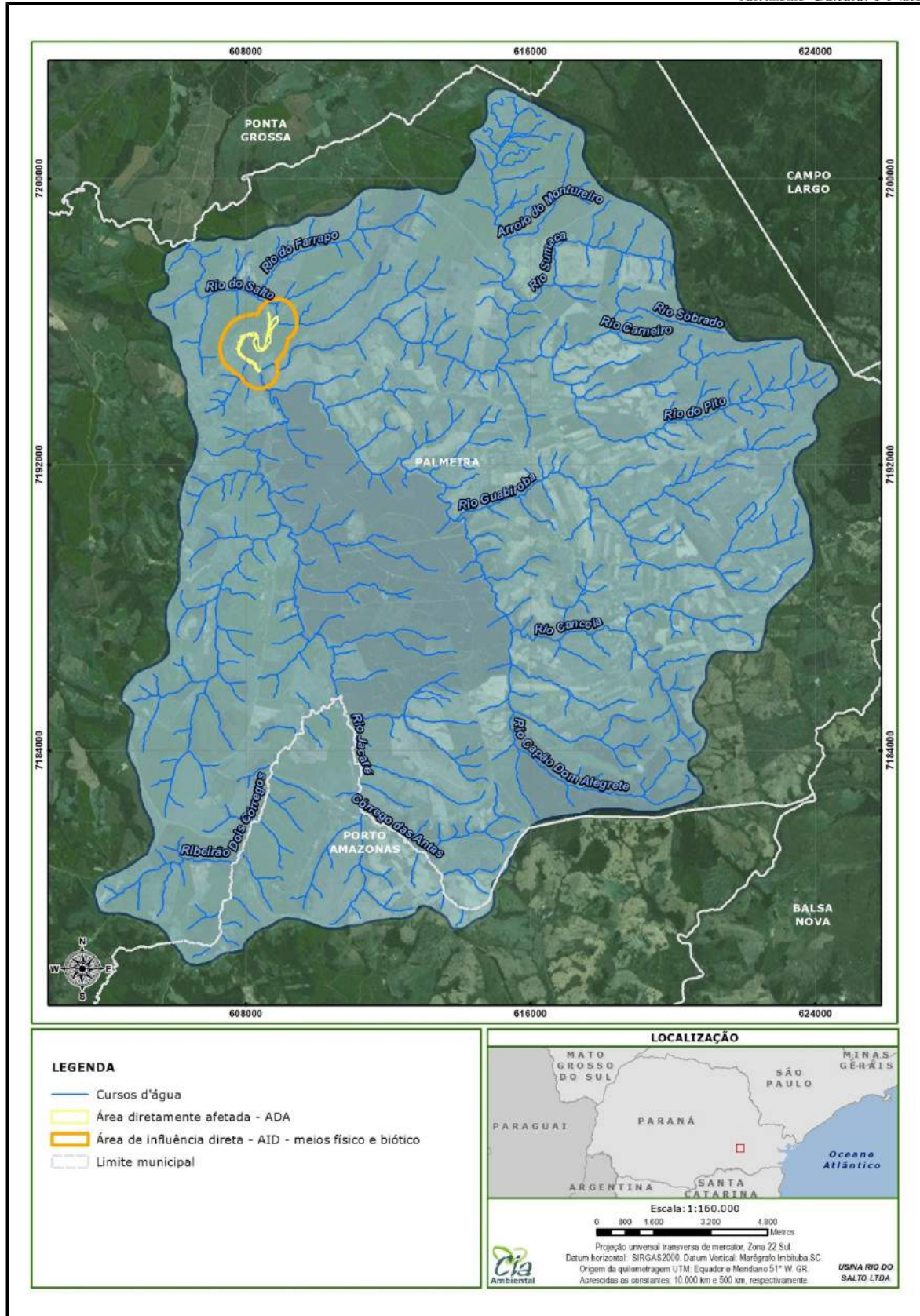


Figura 05: Área de influência indireta do meio físico e biótico.

Meio antrópico

A All do meio antrópico consiste nos limites do Município de Palmeira, configurando-se como uma unidade territorial político-administrativa. Esta delimitação é justificada por abranger a bacia hidrográfica do recurso hídrico em análise em sua totalidade, como também por contemplar o empreendimento e as principais questões referentes ao meio antrópico, por exemplo, equipamentos e serviços público-comunitários, infraestruturas de acesso, comunidades, áreas urbanas, entre outros aspectos relacionados ao meio antrópico. Logo, o critério utilizado para a delimitação da All é coerente aos objetos de estudo do meio antrópico, além de propiciar a disponibilidade de dados e informações secundárias sistematizados. A figura a seguir apresenta a delimitação da All para o meio antrópico.

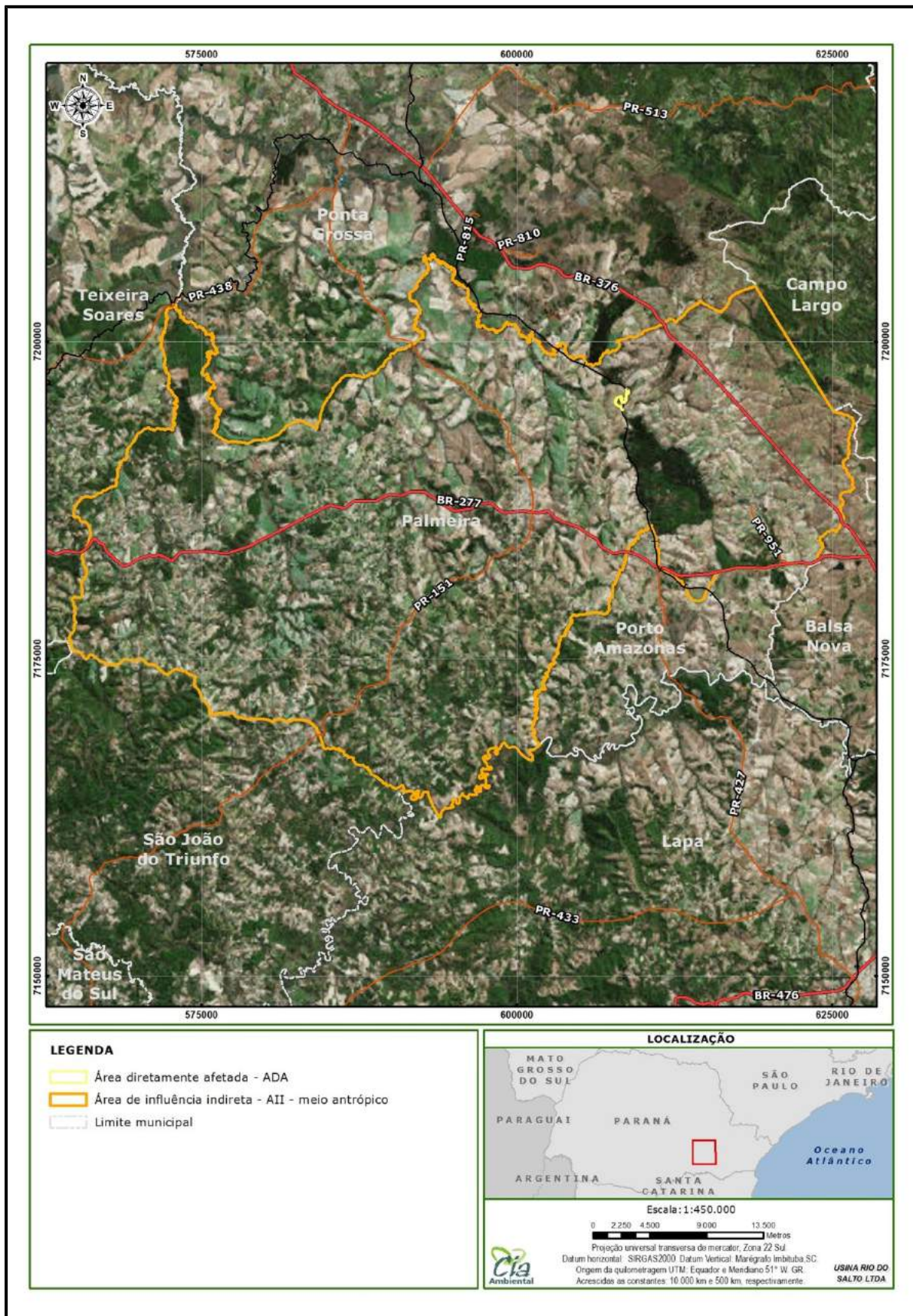


Figura 06: All do meio antrópico (Município de Palmeira).

3.2. Área de Influência Direta – AID

A definição básica da AID remete à área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento, com delimitação em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados, e das particularidades do empreendimento.

Meios físico e biótico

A área de influência direta para o meio físico e biótico foi definida visando selecionar a área em que se prevê a maior interação entre a Central Geradora Hidrelétrica e este meio, e cuja observação e análise possibilitem a obtenção das informações desejadas de maneira representativa em relação ao meio ambiente próximo, assegurando que o diagnóstico e o prognóstico ambiental sejam realizados de maneira bem fundamentada.

Esta mesma situação pode ser considerada para o meio biótico, pois um diagnóstico representativo do ambiente, considerando áreas remanescentes florestais relativamente próximos, torna possível obtenção de informações extremamente relevantes acerca da biodiversidade regional em um ambiente já bastante pressionado pela antropização.

Desta forma, a definição da AID da CGH Rio do Salto e LT para os meios físico e biótico teve como premissa a adoção de uma faixa de 500 metros no entorno da área diretamente afetada, considerando, assim, a área onde será implantado o empreendimento e seu entorno imediato.

A definição da base de delimitação nesta faixa foi realizada levando em consideração que os possíveis impactos associados ao empreendimento serão, em sua maior parte, pontuais, dadas as características do empreendimento. Sendo assim, a faixa de 500 metros foi definida de maneira conservadora, considerando que os impactos mais significativos relacionados aos meios físico e biótico são referentes a alteração na dinâmica hídrica, cuja abrangência é limitada ao entorno próximo do empreendimento.

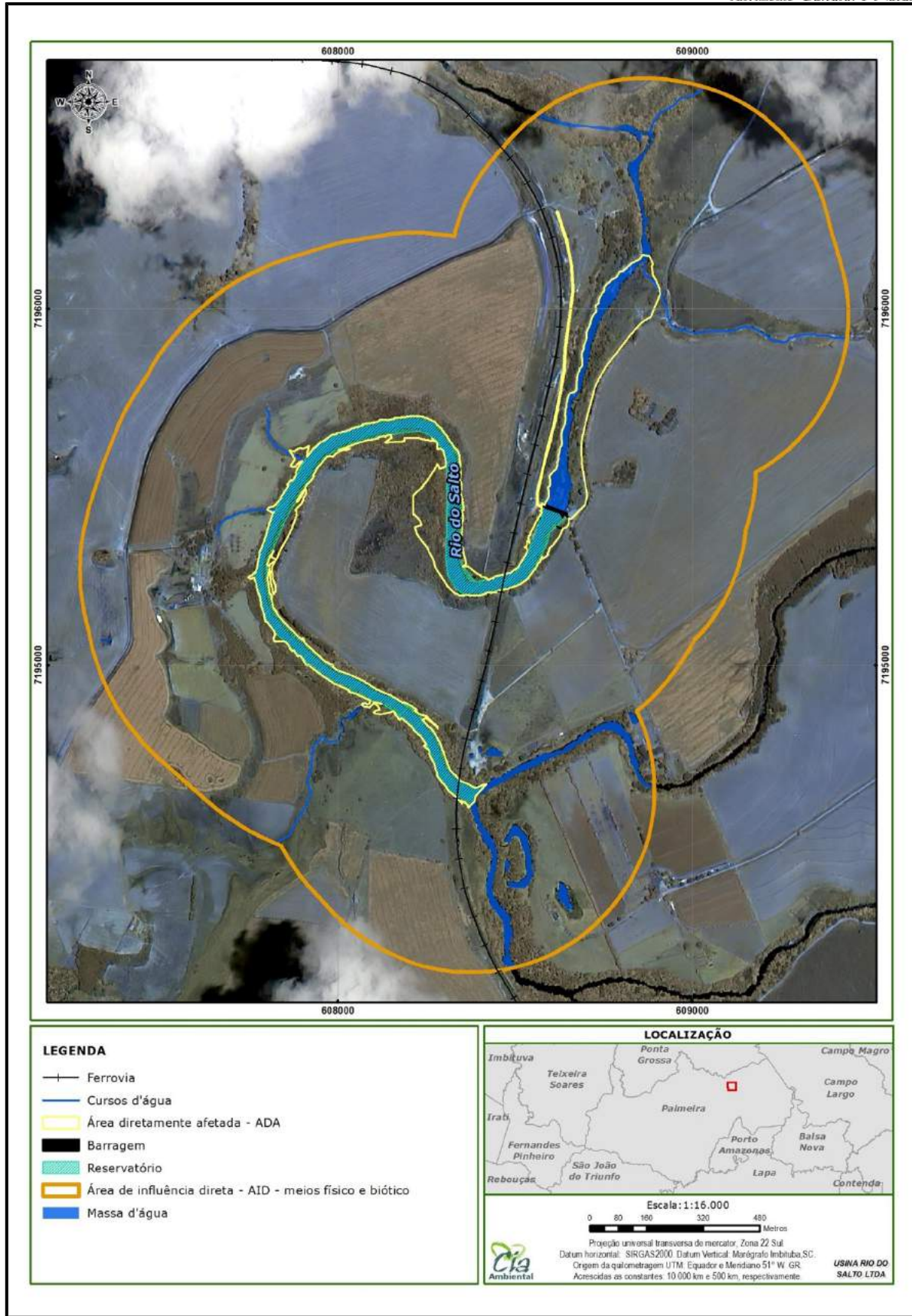


Figura 07: Área de influência direta do meio físico e biótico.

Meio antrópico

Considerando a localização do empreendimento em área rural, pouco adensada e populosa, a delimitação da área de influência direta para o meio antrópico foi pautada nos limites das propriedades que poderão sofrer interferências (decorrentes da recomposição da APP do reservatório) e/ou influência de impactos diretos (decorrentes do fluxo de operários, materiais e maquinário necessários para as obras, interferência no cotidiano dos moradores durante a implantação, entre outros).

Assim, a AID do meio antrópico contempla as propriedades:

- Propriedade da Voigt (em que serão instaladas as estruturas da CGH) – situada na margem direita do Rio do Salto;
- Fazenda Rio Sobrado – propriedade situada na margem direita do Rio do Salto (onde será instalada a estrutura da tomada d' água);
- Propriedade da Trombini Florestais – localizada na margem esquerda do Rio do Salto, na porção à jusante do barramento do referido recurso hídrico;
- Fazenda Rio do Salto – situada na margem esquerda do Rio do Salto;

Ressalta-se que a maior parte das estruturas da CGH serão locadas em terreno do próprio empreendedor, logo, as maiores interferências em função das obras de implantação da CGH ocorrerão em áreas próprias e em uma pequena porção da Fazenda Rio Sobrado, enquanto as demais propriedades poderão ser afetadas apenas pela recomposição da APP do reservatório já existente. As áreas alagadas na ocasião da formação do reservatório serão adquiridas pelo empreendedor, conforme estabelecido no art.4 e 5 do novo Código Florestal - Lei Federal nº 12.651/2012. A figura a seguir demonstra a AID do meio antrópico e a localização das propriedades. Ressalta-se que a implantação da linha de transmissão será junto à via pública, sem necessidade de atingir áreas de terceiros.

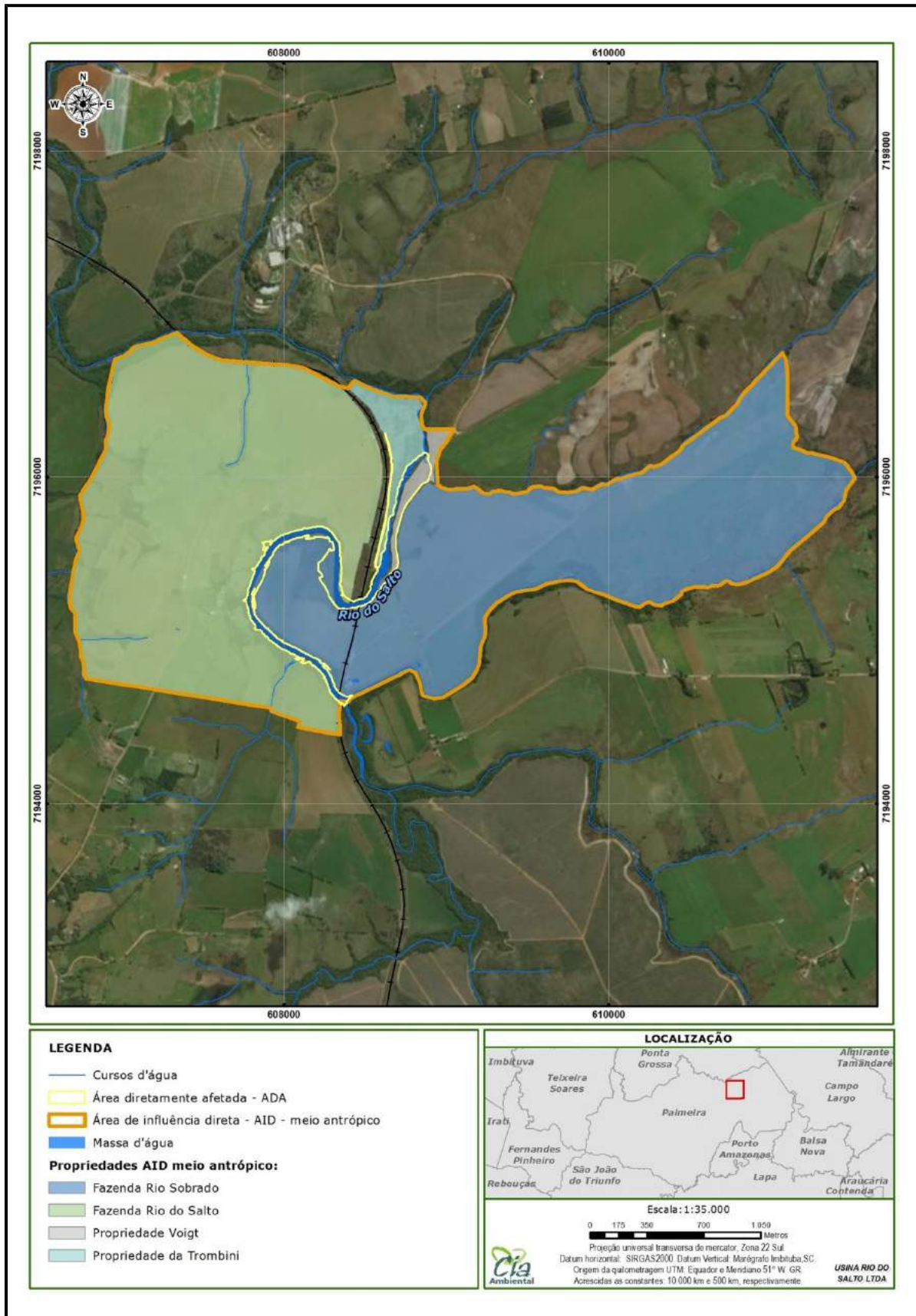


Figura 08: AID do meio antrópico e a localização das propriedades.

3.3. Área Diretamente Afetada – ADA

A área diretamente afetada consiste na área de implantação efetiva do empreendimento, a qual sofrerá intervenções diretas em função das atividades inerentes ao empreendimento, tanto na sua construção quanto na operação.

No caso do empreendimento hidrelétrico a ADA constitui-se essencialmente pelo reservatório consolidado e sua APP, áreas onde haverá supressão da vegetação e estruturas construídas temporárias ou permanentes (barramento, tomada d' água, canal adutor, casa de força, canteiro de obras, áreas de deposição de material excedente, etc.), além do trecho do rio de vazão.

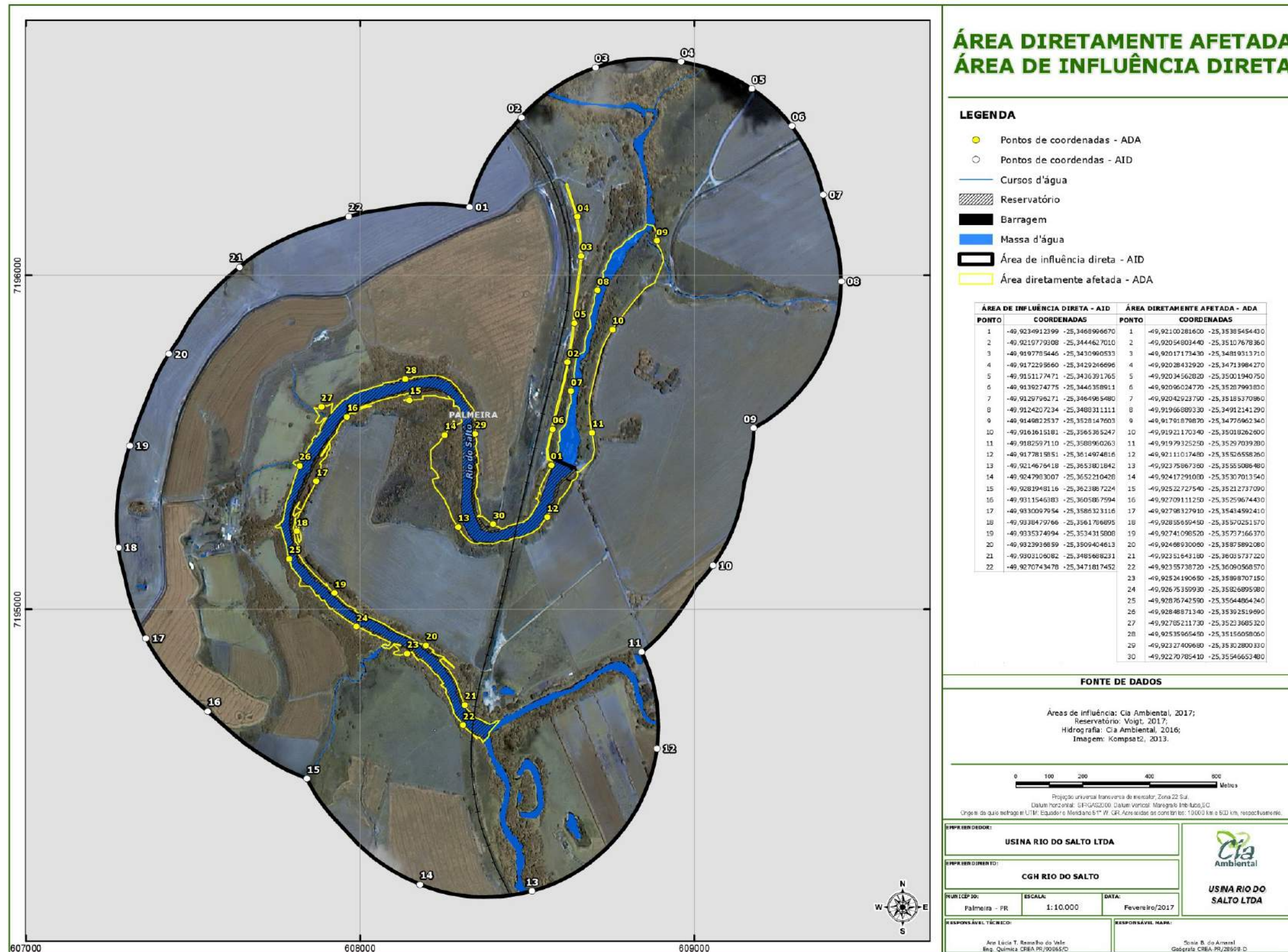


Figura 09: ADA

4. OBJETIVOS GERAIS DO PROGRAMA

Os objetivos gerais deste Programa podem ser sintetizados nos seguintes itens:

- a) Realizar o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na ADA do empreendimento visando aprofundar o contexto arqueológico local e evitar danos a possíveis vestígios/sítios arqueológicos existentes antes da prévia pesquisa em conformidade com a legislação específica e determinações do IPHAN.
- b) Realizar os estudos de Diagnóstico de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, podendo ser incorporado com demais instrumentos de gestão do município envolvido;
- c) Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto ao patrimônio;
- d) Produzir conhecimento científico sobre o Patrimônio Cultural e seus componentes, a saber: os sítios arqueológicos, o patrimônio edificado, os monumentos, o patrimônio imaterial e o patrimônio paisagístico com caráter cultural.
- e) Implementar política efetiva de disponibilização do conhecimento à comunidade e participação da mesma na produção e proteção sobre o Patrimônio Cultural. Completa esta ação a integração do programa com outras iniciativas correlatas (Plano de Manejo, Plano Diretor Municipal, etc.).

5. ASPECTOS HISTÓRICOS REGIONAIS

A trajetória de assentamento humano na região em estudo remonta a coexistência de nações indígenas dos troncos Tupi – Carijó, Guarani e Jê, este representado por povoamentos Kaingang, Guayaná e Botocudos. À época do contato com o elemento colonizador, documentos relatam a presença de índios Tingui, de origem Tupi-Guarani. Destes teria derivado o topônimo Coré-tuba, abundância de pinhais. Tais nativos eram assim descritos:

Dominavam, no século do descobrimento do sertão, os campos de Curitiba, a partir da encosta ocidental da Serra do Mar (São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Tamandaré, Colombo, Campina Grande e Rio Branco) (STOCHERRO, 2012, p. 28).

A relação de contato entre estes povos e os colonizadores europeus teria persistido nos primeiros anos da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Curitiba).

Quanto aos Kaingang, conhecidos como Coroados, eles dominavam espaços entre os atuais estados de São Paulo e o Rio Grande do Sul, em todo o Estado do Paraná, mas preferencialmente em ambientes mais elevados e frios associados à vegetação de campos e matas de pinheiros. Quanto à economia de subsistência, eram grupos com grande mobilidade, não se fixavam nos territórios, praticando caça, pesca, coleta (incluindo mel e pinhões) e com cultivos agrícolas incipientes (horticultura básica, com abóboras, milho e feijão). Tais grupos eram tidos como mais arredios, tanto aos de origem tupi quanto aos novos elementos de origem europeia.

A presença do elemento europeu remonta a incursões incipientes desde o século XVI, com as viagens de reconhecimento espanholas, pelos caminhos de Peabiru. A efetiva presença do colonizador em terras curitibanas deu-se no ano de 1639, com a descoberta de algum ouro em seu planalto. Contudo, tais incursões referiam a expedições, ainda sem intenção de assentamento definitivo, o que foi consequente devido a atividades paralelas de apresamento de índios, de cunho bandeirante.

A incipiente ocupação colonial voltou-se inicialmente, no século XVII, para a atividade mineradora, almejando primeiramente comprovar as informações colhidas com os nativos sobre campos e montanhas cravejadas de pedras preciosas. Algum ouro de aluvião foi identificado, contudo em quantidade insuficiente que demandasse maiores investimentos (STOCHERRO, 2012, p. 32).

A instalação do primeiro núcleo povoador na região provavelmente ocorreu a partir de uma das paragens dos faiscadores de ouro, às margens do Rio Atuba. A denominada Vilinha ou Vila Velha também estaria situada em ponto no encontro de antigo caminho indígena, posteriormente conhecido por Caminho do Mar e, atualmente, como Caminho do Itupava. Os moradores da Vilinha mudaram-se em 1654 para um novo local, mais elevado e seco, entre os rios Ivo a oeste e Belém a leste, no lugar onde atualmente está a Praça Tiradentes, em Curitiba. O ponto mais elevado era em um divisor a norte, onde hoje é o Alto do São Francisco e as Mercês (PILOTTO, 2010, p. 31).

A elevação à vila do pequeno povoado deu-se no ano de 1693. Em 1853, quando a província se desmembrou de São Paulo, tornou-se capital. Nesta época, possuía pouca expressão econômica e urbana, relegada ao movimento de tropas de muares e gado vindos de Viamão, RS em direção a Sorocaba, SP e à produção de mate, oriunda dos diversos engenhos localizados nas encostas da Serra do Mar, destinada a exportação. Posteriormente, tais fábricas deslocaram-se para o planalto, juntamente com as residências de seus ricos proprietários, originando o que Pilotto (op. cit) chama de 'classe de barões do mate'.

A efetiva conformação urbana estratificada de Curitiba, com setores bem definidos de acordo com classes sociais e funções deu-se somente no final do século XIX e adentrar dos novecentos (PILOTTO, 2010, p. 32). A autora prossegue ao afirmar que, o grande atrativo para a sua expansão e incremento da urbanização deu-se pelas vias de comunicação, tanto para o litoral – polo exportador – quanto para faces do interior – São Paulo, sul e oeste. Sobre a importância destes caminhos temos a seguinte descrição:

Tais caminhos, portanto, são verdadeiros “corredores históricos” no povoamento e desenvolvimento da região, ligando vilas, arraiais e fazendas. Alguns foram posteriormente retificados, transformando-se em estradas pavimentadas no centro e periferia de Curitiba. Os caminhos mais antigos são do Itupava e da Graciosa, que ligavam o planalto ao litoral paranaense, e a trilha dos Ambrósios, como eixo de ligação entre o litoral catarinense e os Campos Gerais, havendo ainda outros caminhos e ramais com poucas referências históricas e ainda não pesquisados profundamente, como por exemplo, o das Minas de Itambé, à oeste da cidade (CURITIBA – CIDADE, ECOSSISTEMA, s.d. p. 399).

De encontro às transformações originadas pelas vias de acesso temos em 1885 a construção da ferrovia Curitiba – Paranaguá e 10 anos depois ligaria a capital a Ponta Grossa.

5.1. A Região Metropolitana de Curitiba e a Imigração

Na última década do século XIX tem início um movimento sistemático de colonização, de origem europeia – sobretudo do leste do velho continente – nas terras do planalto curitibano.

Assim, a região manteve-se sob certo isolamento e baixa densidade populacional. Na segunda metade do século XIX, inicia-se a colonização europeia. Sobre este processo relata Avé- Lallemand (1858, p. 276):

...devem cultivar o campo, criar gado e negociar com burros uns quinhentos a seiscentos alemães, com o que chegaram a uma abastada situação. Há muitos outros na própria Curitiba e em pequenas plantações nos arredores, no campo, no Rossio, onde trazem para a Capital os produtos da terra. Calculo que são em número de algumas centenas; conheci alguns na cidade e mesmo nos arredores.

O processo colonizador expôs a relação mundo tropical – imigrante, e com ela, os desafios oriundos de sobrevivência e produção, ante a informações imprecisas e adaptações ao novo meio. Sobre este cenário explana Pereira (1974, p. 35, 36):

O primeiro contato de um grupo adventício com novos quadros físico – geográficos e as reações que lhe seguem, configuram instante histórico, em que as relações entre a paisagem natural e o ser humano se expressam através de nítida dicotomia, por lhes faltarem

as ligações que tornam, de maneira quase lógica, parte de um mesmo complexo, que em última análise é um complexo cultural.

Dessa forma, colônias alemãs, italianas e, sobretudo polonesas, imprimiram na região a consolidação e transformação da atividade agropecuária, novos partidos e estilos arquitetônicos e manifestações de ordem social e cultural. O adentrar do século XX assiste ao incremento da população, derivado do adensamento dos subúrbios e atividades fabris. Pilotto (2010, p. 49) afirma que no decorrer da década de 1950 é que a cidade efetivamente se expande, no traçado da linha férrea suburbana, inclusive nos municípios vizinhos.

5.2. Sinopse Histórica do município de Palmeira²

Ao longo do histórico e antigo caminho de Sorocaba a Viamão surgiram numerosos núcleos populacionais, que mais tarde se transformariam em cidades ricas e progressistas, entre as quais a atual Palmeira. A criação da freguesia, primitivamente conhecida pela denominação de Freguesia Nova, deu-se em 1.833, sob a invocação de N. S.^a da Conceição. Sua história tem íntima ligação com a da Freguesia Colada de Tamanduá, hoje território do Município de Campo Largo, a qual compreendia uma área de meia légua doada pelo fundador, Capitão Antônio Luiz, o Tigre, a N.S.^a do Carmo, Seus sucessores legaram o terreno ao Convento do Carmo, de São Paulo, e este fundou casa conventual, que se manteve por mais de 60 anos. Proibido o noviciado, os frades Carmelitas tiveram de abandonar o convento de Tamanduá. As condições desfavoráveis da Freguesia de Tamanduá, levaram o Vigário Antônio Duarte dos Passos a estabelecer uma igreja onde hoje se encontra a Matriz, transferindo a freguesia para Palmeira, denominação do capão doado por Jesuíno Marcondes, Tenente Manuel José de Araújo e sua mulher, Dona Ana Maria da Conceição de Sá, por Ato de 7 de abril de 1819, acrescido mais tarde de terrenos outorgados pelo Barão de Tibagi, ou por D. Josefa Joaquina de França, conforme Lei nº 337, de 19 de abril de 1872. Com a mudança da sede da freguesia, a população se foi transferindo para o povoado, nas cercanias do novo templo. A

2

corrente de povoamento se avolumou a partir de 1878, com a chegada de colonos russos e alemães. O distrito foi criado por Alvará de 20 de março de 1.813 e o Município pela Lei provincial nº 184, de 3 de maio de 1.869, com território desmembrado do de Curitiba (ou Ponta Grossa). A instalação se deu a 15 de fevereiro do ano seguinte. A Lei estadual nº 238, de 9 de novembro de 1.897, concedeu foros de cidade à sede. De 1.911 a 1.933, o Município se compunha de um só distrito. Em 1.936-38, figurou com 3: Palmeira, Papagaios Novos e Pôrto Amazonas. No quinquênio 1.939 -1943, absorveu território do Município de Entre Rios, então suprimido, ficando com mais um distrito. Pela Lei estadual nº 2, de 10 de outubro de 1.947, perdeu o distrito de Pôrto Amazonas, elevado à categoria de Município, e pela Lei nº 3.315, de 11 de setembro de 1.957, transferiu o distrito de Guaragi (ex-Entre Rios) para Ponta Grossa. Compõe-se atualmente dos distritos da sede e de Papagaios Novos. Em caráter complementar, temos a descrição de Kovalski (2015, p. 113), em relação ao início da ocupação imigrante (polonesa) em Palmeira:

O município de Palmeira estende-se, em parte, pelos campos limpos que caracterizam a microrregião de Ponta Grossa. Mas a porção sul é considerada parte da área de floresta ombrófila, onde predominava, antes da devastação, a *Araucária angustifolia*. Hoje em dia esta região é classificada como *Campos Gerais*. Nela, o governo paranaense implantou, em 1891, a Colônia Carolina. Mas expressando um forte sentimento de religiosidade, após uma experiência traumática causada por uma tempestade, os assentados passaram a denominá-la Colônia Santa Bárbara.

6. CONTEXTO ETNO – HISTÓRICO REGIONAL

A região em estudo abriga comunidades tradicionais que são grupos sociais que vivem, por períodos relativamente longos, em um espaço geográfico definido e constroem sua identidade a partir das relações que estabelecem com o território que ocupam. O território (físico e simbólico) é um espaço essencial para que possam se reproduzir e sustentarem seus modos de fazer e viver dos pontos de vista econômico, social, cultural, estético, entre outros (CEDEFES, 2016).

O reconhecimento oficial dessa condição social foi estabelecido pelo Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em seu artigo 3º, o decreto define que essas populações

São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (Decreto Federal Nº6.040 de 7 de fevereiro de 2000).

São considerados povos e comunidades tradicionais no Brasil os indígenas, as comunidades quilombolas, pescadores artesanais, os caipiras, os ribeirinhos, os povos ciganos, os povos de terreiro, os pantaneiros (do pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense), os faxinalenses do Paraná, as comunidades de fundos de pasto da Bahia (que praticam a caprinocultura em territórios de uso comum), os caiçaras (pescadores artesanais marítimos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que praticam a pesca artesanal e extrativismo em áreas comuns com o cultivo), os geraizeiros (que exercem ocupação tradicional dos gerais ou cerrado), os apanhadores de flores sempre-vivas (que tradicionalmente exerciam o extrativismo em áreas de uso comum nas campinas, hoje cercadas em grande medida pela monocultura do eucalipto e pela criação de unidades de conservação de proteção integral), seringueiros, fundos de pasto, vazanteiros, veredeiros, caatingueiros, campeiros, jangadeiros, quebradeiras de coco babaçu que, somados,

representam parcela significativa da população brasileira e ocupam parte considerável do território nacional.

Com o reconhecimento oficial dessa condição social, a maioria dos povos e as comunidades tradicionais, não contavam com nenhum instrumento legal que validasse a propriedade coletiva da terra, como acontece com regularização das terras indígenas através do Decreto nº 1775/96 e da posse das terras dos remanescentes dos quilombos pelo Decreto nº 3572/99. Neste contexto, a alternativa para se garantir os modos de fazer e viver dessas comunidades tem acontecido por meio do estabelecimento de Reservas Extrativistas (RESEX) ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Interesse Relevante Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva de Fauna (REF). E especificamente, no Estado do Paraná o instrumento da legalidade dos faxinas acontece por meio das Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR).

Para a região em estudo serão descritas sinopticamente as populações tradicionais de povos indígenas, comunidades quilombolas, faxinalenses, imigrantes poloneses, ucranianos e comunidades menonitas.

6.1. Povos indígenas

O Instituto Socioambiental (2016) destaca que a população indígena no Brasil em 2012 era de 896,9 mil pessoas, sendo que deste número, pouco mais de 26 mil habitantes, vivem no Estado do Paraná (IBGE, 2010). De modo geral, esta população reside em Terras Indígenas (TI) as quais podem ser classificadas nas seguintes modalidades: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, Reservas Indígenas, Terras Dominais e Interditadas.

Segundo dados da Funai, em março de 2011, 27 das 37 terras indígenas no Paraná encontravam-se regularizadas (homologadas, dominais indígenas ou reservadas), somando 85.826,83 hectares. Sete dessas terras são ocupadas pelos Kaingang, seis são ocupadas pelos Guarani, outras três são coabitadas pelos Guarani e Kaingang e uma é coabitada pelos Guarani, Kaingang e Xetá. Vivem em

aldeias 3208 guaranis, destacando o Paraná como o estado com a maior população desta etnia de todo o Sul e Sudeste, seguido por São Paulo (com 2907 pessoas) e pelo Rio Grande do Sul (com 2121 pessoas) (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

Tabela 03: TIs no Estado do Paraná

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Apucarana	Kaingang	PR	Londrina	5.574,9450	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Apucarana - Reestudo	Kaingang	PR	Tamarana	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Araçai (Karuguá)	Guarani	PR	Piraquara	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Avá-Guarani do Ocoí	Guarani Kaiová	PR	São Miguel do Iguçu	231,8870	Regularizada	Reserva Indígena
Barão de Antonina	Kaingang	PR	São Jerônimo da Serra	3.750,7220	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Boa Vista - PR	Kaingang	PR	Laranjeiras do Sul	7.336,3308	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Cerco Grande	Guarani	PR	Guaraqueçaba	1.390,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Faxinal	Kaingang	PR	Cândido de Abreu	2.043,8948	Regularizada	Dominial Indígena
Herarekã Xetá	Xetá	PR	Ivaté	2.686,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Ilha da Cotinga	Guarani	PR	Paranaguá	1.701,2020	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Ivai	Kaingang	PR	Pitanga , Manoel Ribas	7.306,3478	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Kaaguy Guaxy - Palmital	Guarani	PR	União da Vitória	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Laranjinha	Guarani, Kaingang	PR	Abatiá, Santa Amelia	284,2412	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Mangueirinha	Guarani, Kaingang	PR	Chopininho, Coronel Vivida, Mangueirinha	16.375,7600	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Marrecas	Kaingang	PR	Guarapuava, Turvo	16.838,5694	Regularizada	Dominial Indígena
Palmas	Kaingang	PR	Abelardo Luz, Palmas	3.800,8794	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pinhalzinho	Guarani	PR	Tomazina	593,3720	Regularizada	Reserva Indígena
Queimadas	Kaingang	PR	Ortigueira	3.077,7602	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Rio Areia	Guarani	PR	Inácio Martins	1.352,3784	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Rio das Cobras	Kaingang, Guarani	PR	Espigão Alto do Iguçu, Nova Laranjeiras	18.681,9806	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Sambaqui	Guarani	PR	Pontal do Paraná	2.795,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
São Jeronimo	Kaingang, Guarani, Xeta	PR	São Jerônimo da Serra	1.339,3364	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tekohá Añetete	Guarani	PR	Diamante D'Oeste	1.774,7063	Regularizada	Reserva Indígena
Tekoha Guassú Guavirá (Araguajú/Terra Roxa)	Guarani Nhandeva	PR	Guaira	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Tekoha Itamarã	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	PR	Diamante D'Oeste	242,0000	Regularizada	Reserva Indígena
Tibagy/Mococa	Kaingang	PR	Ortigueira	859,9098	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Yvyoporã Laranjinha	Guarani Nhandeva	PR	Cornélio Procópio, Abatia, Ribeirão do Pinhal	1.238,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada

Como foi dito anteriormente, os povos indígenas do Estado do Paraná ocupam 27 (vinte e sete) Terras Indígenas (TI), sendo aqui priorizada a TI Araçaí (Karuguá), no município de Piraquara, região Metropolitana de Curitiba e a aldeia urbana Kakané Porã, no Campo de Santana, Zona Sul de Curitiba, distantes respectivamente, 40 km e 28 km do município de Araucária.



Figura 10: Presença Indígena no Estado do Paraná. Fonte: (ITC, 2009)

De acordo com a Prefeitura de Piraquara (2015) na TI residem aproximadamente 90 índios da tribo Guarani, localizada nas margens da Barragem Cayuguava, nos Mananciais da Serra. Estes índios vieram das aldeias próximas ao município de Mangueirinha, na região sudoeste do Paraná. Em 2007, a prefeitura municipal por meio do Decreto Municipal nº 2941/2007 transformou a Terra Indígena de Araçaí (em processo de identificação pela Funai) em área de ocupação indígena - Espaço Etno *Biodiverso Myba Guarani*, porque a TI está em sobreposição a uma unidade de conservação. Trata-se da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Iraí, próxima à barragem de Piraquara I, uma das responsáveis pelo abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba. Em função disso, os Guarani da comunidade sofrem uma série de restrições, não podendo plantar, caçar, pescar ou criar animais em seu território (AUZANI e GIORDANI, 2008).

A aldeia urbana Kakané Porã, no Campo de Santana, Zona Sul de Curitiba foi criada em 2007 para frear a migração indígena para a capital paranaense em decorrência da falta de condições de vida adequadas em suas aldeias. Assim, a prefeitura municipal regularizou, a título de comodato e com o apoio da Funai, uma área de 44 hectares, realocando 35 famílias indígenas das etnias Kaingang, Guarani e Xetá que viviam na capital paranaense (COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2016). São quatro famílias de guaranis, quatro de xetás e 27 de kaingang. Em dezembro de 2008, elas foram transferidas para o empreendimento construído pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba– COHAB (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

6.2. Comunidades quilombolas

Outro polo de comunidade tradicional evidenciado são os quilombolas. Ao contrário da ideia que se popularizou dos quilombos, eles não eram compostos apenas por negros escravos fugidos nem mesmo, eram localizados apenas em lugares ermos e isolados. Muitos quilombos tornaram-se urbanos em função do crescimento acelerado das cidades a partir do século XIX, sendo gradativamente envolvidos pelas áreas residenciais urbanas recém-constituídas. As comunidades quilombolas são assim descritas:

detentoras de características culturais peculiares que as distinguem umas das outras e de toda a sociedade circundante, apresentando semelhanças no que diz respeito ao uso e ligação com a terra onde estão localizadas, pois esta é usada para manutenção na produção de alimentos necessários a sustentabilidade da comunidade e é o local aonde os seus antepassados estão enterrados, estabelecendo assim o sentimento de pertencimento a terra, onde as raízes culturais estão fincadas, resistindo às ações do homem e do tempo (GOVERNO ESTADUAL DO TOCANTINS, 2016).

No Estado do Paraná pouco se sabia sobre a existência e as condições de vida das comunidades remanescentes de quilombo, onde predominava o discurso de que a imigração europeia era o principal elemento constituinte de sua identidade e trajetória, os poucos indícios que eram apontados advinham ou de denúncias e campanhas feitas por pastorais, sindicatos e pelos movimentos sociais negros, ou por alguns pesquisadores que destoavam do discurso hegemônico.

Foi em 2004, a partir do I Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná, que os participantes trouxeram informações que indicavam a existência de no mínimo 03 (três) comunidades quilombolas no Estado. Então, em 2005 foi criado o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, um grupo intersecretarial, cujo objetivo é investigar a existência de Remanescentes de Quilombos, Comunidades Negras Tradicionais, Rurais e Urbanas, e/ou “Terras de Preto” do Paraná, bem como, diagnosticar a situação dessas comunidades em seus aspectos sociais, econômicos, culturais, visando contribuir para seu desenvolvimento comunitário e manutenção de seu modo de vida (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ, 2016).

Figura 11: Mapa de localização das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná.

Fonte: GTCM (2010)

A partir do levantamento iniciado em 2005, foram identificadas 86 comunidades quilombolas no Estado do Paraná, das quais atualmente, 36 possuem certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCC). Há comunidades bem antigas, com mais de 200 anos de existência como é o caso de Paiol de Telha, em Guarapuava, com mais de 100 (cem) famílias. Apenas esse grupo e mais outros dois eram conhecidos em 2004, Sutil, em Ponta Grossa e, João Surá, em Adrianópolis. Destaca-se que de modo geral, essas comunidades estão localizadas, principalmente, em regiões que, no passado, fizeram parte dos caminhos das tropas e próximas a garimpos e minas de ouro (PRIORI *et al*, 2012, p.54).

Com referência as comunidades quilombolas paranaenses, destacam-se 3 (três) municípios da mesorregião Metropolitana de Curitiba, localizados em média a 60 km de Araucária: Lapa, Campo Largo e Bocaiuva do Sul.

Lapa – comunidades: Feixo (344 habitantes), Restinga(271 habitantes) e Vila Esperança (74 habitantes). É neste município que acontece a mais tradicional manifestação de culto a São Benedito, patrono espiritual da comunidade negra Lapeana, a Congada da Lapa.

- Comunidade Feixo: Juvenal Pedroso, filho de Vitalino Pedroso e de Vitória Barbosa e Silvia Ferreira relatam que seus antepassados: tataravós, bisavós e avós, nasceram e morreram nas terras do Feixo e eram escravizados pela família Braga. Dos Braga receberam um pedaço de terra, mas mesmo depois da abolição, continuaram trabalhando para a referida família e ficaram morando no local. Com o passar do tempo, as terras foram sendo ocupadas por imigrantes europeus também (INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS, 2008, p.75-76).
- Comunidade Restinga: os ancestrais dos moradores da Restinga foram escravizados na Fazenda Santa Amélia de Hipólito Alves de Araújo. Mesmo antes da promulgação da Lei Áurea este fazendeiro libertou as pessoas escravizadas na sua propriedade dando a elas as terras nas quais já trabalhavam. A comunidade passou a viver e trabalhar livre nessas terras, desde o início do século XIX. Uma das mais antigas moradoras da Restinga, Ana Maria Martins Santana, descendente direta daqueles escravizados, nascida em 1928, herdou dos antepassados uma história de resistência e lutas e, afirma que diversas vezes tentaram expulsá-los dessas terras (INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS, 2008, p.74-75).
- Comunidade Vila Esperança: formada por descendentes de negros escravizado sem fazendas da região e que receberam terras na comunidade do Feixo. Segundo seus relatos, a sua presença nesta Vila Esperança está fundamentada na negociação realizada com um fazendeiro lindeiro às suas terras que lhes propôs as permutarem com outras que ele daria, com casas em alvenaria e com banheiros, construídas por ele, tudo totalmente legalizado, com documentos das terras. Após efetuarem a troca e deixarem as terras que possuíam ancestralmente no Feixo, viram que o fazendeiro nada cumpriu nem forneceu os documentos da terra permutada (INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS, 2008, p.76-77).

Campo Largo – Comunidades: Palmital dos Pretos (88 habitantes) e Sete Saltos (53 habitantes).

- Comunidade Palmital dos Pretos: Hortêncio Ferreira Pinto, um dos mais idosos moradores, relata que a comunidade é formada por famílias negras que vieram de várias regiões do Estado na busca de liberdade e de terras para se estabelecerem. Brasília e Libra no José de Deus são originários da Comunidade Remanescente de Quilombo do Sutil, em Ponta Grossa; a família Ferreira Pinto, veio da Fazenda Santa Cruz, hoje Comunidade Remanescente Santa Cruz e que integraria o Sutil, também em Ponta Grossa; outras famílias migraram das comunidades de Pugas e Bolo Grande, no Município de Palmeiras (INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS, 2008, p.70-71).
- Comunidade Sete Saltos: formada por familiares dos habitantes de Palmital dos Pretos. Como naquela, chegaram da Comunidade do Sutil, no município de Ponta Grossa, de Santa Cruz, também em Ponta Grossa e de outras famílias que migraram das comunidades de Pugas e Bolo Grande, no Município de Palmeiras, todas em busca de liberdade. A comunidade Sete Saltos está separada da comunidade de Palmital dos Pretos por diferentes visões e a mais interessante é sobre o modo, a técnica, de criação dos porcos. Enquanto uma tem a criação solta, a outra cria os suínos no cercado, tornando este fato motivo de intermináveis debates sobre a melhor e mais higiênica delas (INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS, 2008, p.71).

Bocaiúva do Sul – Comunidade Areia Branca (30 habitantes). Na lembrança coletiva da comunidade seus integrantes são descendentes de Francisco Miguel da Rosa, negro que foi pego fugitivo na mata. Sendo escravizado por um criador de porcos, colocou em prática, a seu serviço, os conhecimentos e as habilidades que havia herdado dos seus ancestrais: a construção de canoas e de monjolos. Após alguns anos, Francisco recebeu um pedaço de terra hoje chamada de Areia Branca. Casou e formou família, da qual descendem os moradores da comunidade (INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS, 2008, p.69).

6.3. Comunidades faxinalenses

Etmologicamente, a expressão faxinal origina-se do termo italiano fascina que significa pequeno feixe de lenha, resultante da limpeza das matas para cultivo de lavouras. Faxinal (faxina+al.) significará, então, o conjunto de faxinais, ou seja, região de campo, entremeada por pequenos aglomerados de árvores, esses denominados de capões ou capoeirões. Trata-se, da designação de um tipo de panorama, composto de campos com matas pouco densas (CAMPIGOTO e SOCHODOLAK, 2009, p. 187).

Porto (2013, p.61) esclarece que é o uso das áreas de faxinal como compáscuo por grupos rurais tradicionais que faz com que o termo passe a designar não apenas o ambiente, mas também um sistema produtivo complexo, marcado pela conjugação da policultura de subsistência, criação à solta e extração de erva-mate (também de pinhão, madeira, frutos e ervas medicinais). Tal sistema, no Estado do Paraná, conjugará o uso familiar e comum do território, produções diversificadas destinadas tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, ciclos produtivos de duração diferenciada (vários deles ultrapassando o mínimo de dois anos – como é o caso da extração de erva-mate e madeira, ou criação de alguns animais).

O autor destaca ainda que é a partir da década de 1980, no interior dos órgãos estatais de reflexão sobre a terra e a questão ambiental paranaense que o faxinal torna-se uma temática relevante de pesquisa, reflexão e ação política sendo abordado, primeiramente, sob uma perspectiva econômica pela autora Chang (1988) que descreve os faxinais como

um sistema de produção familiar que incorpora para além das áreas de pastagens naturais utilizadas de forma comum, denominadas de criadouros comunitários, às áreas de lavoura, de apropriação individual. A autora vai diferenciar os faxinais de outros sistemas de produção pela forma de organização: “Ele se distingue das demais formas camponesas de produção no Brasil pelo seu caráter coletivo no uso da terra para produção animal. A instância do comunal é consubstanciada nesse sistema na forma de um “criador comum”, espaço no qual os animais são criados à solta” (CHANG, 1988, p.13).

Os faxinais foram (e ainda são) alvos de disputa entre grileiros de terras, chacareiros, madeireiros e suas serrarias, entre outros. E para solucionar os inúmeros conflitos, as prefeituras municipais de diversos Estados do Paraná,

figuraram como mediadoras entre as duas partes, já que era de interesse das mesmas resolver tais conflitos, pois suas economias tinham como base a agricultura e, portanto era de onde se originava o maior percentual dos impostos arrecadados.

A solução encontrada foi jurídica, através da criação e promulgação das leis municipais de nº 9/49, de 06 de fevereiro de 1949, do Município de São João do Triunfo e nº 149/77, de 06 de maio de 1977, do Município de Palmeira, que tratam das cercas de lei. Em 1997 é lançado Decreto Estadual nº 3446/97 que cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) no Estado do Paraná

Art.1º - Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da *Araucariaangustifolia* (pinheiro-do-paraná).§ 1º - Entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucaria e outras espécies nativas.§ 2º - A ARESUR, na perspectiva do desenvolvimento do Sistema Faxinal, observará as disposições legais aplicáveis as Áreas de Proteção Ambiental - APAs, no que couber.§ 3º - O Secretário do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos definirá, através de ato administrativo apropriado, as ARESUR, caso a caso, por faxinal, contendo no mínimo: denominação, superfície e limites geográficos, diretrizes para conservação ambiental e instrumentos de apoio como: diagnóstico, justificativas, mapa e memorial descritivo.

Art.2º - Só poderão ser registrados no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC, os faxinais que atenderem ao conceito contido no parágrafo 1º do artigo 1º.

É a definição do sistema faxinal criada por Chang a referência para o registro de um faxinal específico como ARESUR no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) – em outras palavras, a adequação a todo o modelo, com destaque dado ao criadouro comum. Alguns aspectos do decreto já se explicitam no caput do primeiro artigo e nos parágrafos que o seguem. Em primeiro lugar, embora se faça referência à qualidade de vida e patrimônio cultural das populações

residentes nas ARESUR, a ênfase se dá na definição a partir da produção e na questão ambiental. Assim, as ARESUR são assemelhadas às APA (Área de Proteção Ambiental), sendo um ato administrativo estabelecido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (PORTO, 2008, p.71).

A partir de então, os faxinalenses passam a se reorganizar enquanto movimento social e no I Encontro dos Povos dos Faxinais, realizado em 2005, criam a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP), constituída por camponeses faxinalenses com o objetivo de buscar sua valorização cultural e social de acordo com seu direito de existir enquanto faxinalense, à luta de terra e de uma forma equilibrada de produção adequada ao seu modo de vida. Sua formação contou com o apoio da Pastoral da Terra – Diocese de Guarapuava (PR) e da ONG, Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) e de alguns pesquisadores dos faxinais. A Articulação Puxirão é um movimento social organizado pelos faxinalenses para defender e lutar pelos direitos étnicos e coletivos, pela recuperação de seu território e pela manutenção de seu modo de vida. Atualmente 16 comunidades compõem a AP (TAVARES, 2008, p.148).

Posteriormente, a Lei nº 15673 - 13/11/2007 dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade:

Art. 1º O Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade específica, peculiar do estado do Paraná, que tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais. Fundamenta-se na integração de características próprias, tais como: a) produção animal à solta, em terras de uso comum; b) produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto aliado à conservação da biodiversidade; d) cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais.

Art. 2º A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica. Parágrafo Único. Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvo-pastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.

Souza (2010, p.26), voltando-se para os aspectos culturais, políticos e identitários dos faxinalenses, sugere uma nova definição para faxinal que vai além de um espaço físico caracterizado pela presença do “criador comum”, definindo-os no tempo e no espaço por critérios de pertencimento e exclusão social

terras tradicionalmente ocupadas que designam situações onde a produção familiar, de acordo com suas possibilidades, variavelmente combinam apropriação privada e comum dos recursos naturais, tendo o controle e uso dos recursos considerados comuns à existência física e social – especialmente pastagens naturais, cursos d’água e recursos florestais –, e exercido de maneira livre e aberta de acordo com normas específicas consensualmente definidas por grupos de pequenos criadores e agricultores que, circunstancialmente, denominam suas áreas de uso comum por expressões locais, a saber: “criador comum aberto”, “criador comum cercado”, “criador criação alta” e “mangueirão”, presentes no Sul do Brasil (SOUZA, 2010, p.17).

Levantamento realizado pelo mesmo autor em 2010 foi constatado a existência de 227 unidades sociais designadas como faxinais em 39 municípios situados em 10 microrregiões do Paraná (SOUZA, 2010, p.48). Dos quais 22 faxinas encontram-se regulamentados, de acordo com Instituto Ambiental do Paraná (2014):

- Faxinal Emboque - Município de São Mateus do Sul - PR
- Faxinal Água Amarela de Cima - Município de Antônio Olinto - PR
- Faxinal Barro Branco - Município de Rebouças
- Faxinal Linha Ivaí Anta Gorda - Município de Prudentópolis - PR
- Faxinal Linha Paraná Anta Gorda - Município de Prudentópolis - PR
- Faxinal Marmeleiro de Baixo - Município de Rebouças - PR
- Faxinal Marmeleiro de Cima - Município de Rebouças - PR
- Faxinal Tijuco Preto - Município de Prudentópolis - PR
- Faxinal Taboãozinho - Município de Prudentópolis - PR
- Faxinal do Salto - Município de Rebouças - PR
- Faxinal do Marcondes - Município de Prudentópolis - PR
- Faxinal Água Quente dos Meiras - Município de Rio Azul - PR
- Faxinal Guanabara - Município de Prudentópolis - PR
- Faxinal Bom Retiro - Município de Pinhão - PR
- Faxinal dos Kruger - Município de São Roque da Boa Ventura - PR
- Faxinal Lageado dos Mellos - Município de Rio Azul - PR
- Faxinal Rio do Couro - Município de Irati - PR

Faxinal dos Mellos - Município de Irati - PR

Faxinal Saudade Santa Anita - Município de São Mateus do Sul - PR

Faxinal dos Seixas - Município de São João do Triunfo - PR

Faxinal São Roquinho - Município de Pinhão - PR

Faxinal Sete Saltos - Município de Ponta Grossa - PR

Além destes faxinais citados, existem outros na região Metropolitana de Curitiba (distantes 60 km do município de Araucária) que ainda não foram regulamentados, são eles:

Mandirituba – 2125 faxinalenses residentes nos Faxinais de Espigão, Lagoa dos Gomes e Pedra Preta, Meleiro, Barco, Rio da Várzea, Avencal, Gavião, Lagoa dos Ferreiras, Tronco, Ilha, Campestre dos Paulas e MatoBranco, Paraguai, Guapiara, Rio Várzea Borges, Santo Antônio e Cai de Cima.

Quitandinha– 2207 faxinalenses residentes nos Faxinais do Salso, Água Clara de Cima, São Gabriel, Barro Branco, Caizinho, Reis, Doce Grande e Quissédos Ribas, Lagoa Verde, Quissé dos Alves, Cerrinho, Pangaré, Quebra Joelho, Água Clara de Baixo e Rio da Várzea, Doce Fino.

Lapa – 1401 faxinalenses residentes nos Faxinais Segundo Castilhos, Dos Dias, Dos Flor, Água Azul, Carqueja, Faxinal Dos Pretos, Paiquerê, Faxinal os Paio, Mato Queimado, Palmital, Canoeiro, Santo Amaro, Floresta São João, Polvinho, Paiol, Bonito.

Agudos do Sul– 595 faxinalenses residentes nos Faxinais Riberãozinho, Leão, Queimadas de Baixo, Taquara Lisa, Pedra Branca e Palmital.

7.4. Imigrantes poloneses

Os primeiros representantes do grupo étnico polonês chegaram ao Brasil em 1869, constituído por 16 famílias, com aproximadamente 80 pessoas, provenientes da localidade de Siolkowice, região de Opole, província da Silésia que se fixaram no atual município de Brusque, no Estado de Santa Catarina. Posteriormente, o Paraná foi o estado da federação que mais recebeu imigrantes poloneses em toda a história

do Brasil, estima-se que mais de 40 mil poloneses, tenham se instalado definitivamente em Curitiba e em seus arredores entre 1870 e 1914 (OLIVEIRA, 2009, p. 02). De acordo com Reis e Silveira (2009, p. 08) a imigração polonesa para o Estado do Paraná pode ser dividida em quatro fases:

1ª fase, 1869-1871

Vieram para o Brasil nesse período, mais precisamente para Brusque (SC) 32 famílias. Entretanto, não se adaptando às adversidades da região, uma vez que a maioria dos moradores da colônia eram alemães, foram transferidos para Curitiba, estabelecendo-se no Pilarzinho.

2ª fase, 1873-1891

No ano de 1873, desembarcaram no porto de São Francisco (SC) 64 famílias, totalizando 258 pessoas que, após conseguirem autorização do presidente do Paraná, Dr. Frederico Abranches, se estabeleceram a 6 Km de Curitiba no atual bairro Abranches. Em 1876, as colônias polonesas no entorno de Curitiba contavam com 3850 pessoas. Uma no vale do Iguaçu, próximo a Palmeira-PR, onde se desenvolveram as colônias polonesas de Santa Bárbara, Canta Galo, Rio dos Patos, São Mateus, Água Branca, Eufrosina e Rio Claro, num total de 8200 pessoas. Outra comissão, de Rio Negro-PR, foi responsável pela formação das colônias polonesas de: Lucena e Itaiópolis, num total de 1488 pessoas e a colônia de Augusta Vitória com 120 pessoas. Em 1886, no município de Araucária, foi criada a Colônia Cristina, com 294 imigrantes vindos diretamente da Polônia.

3ª fase, 1895-1908

Em 1895 vieram 350 pessoas para a colônia Alberto de Abreu, nos arredores de Porto União. Em 1896, foram assentados pelo governo paranaense cerca de 2500 pessoas, na colônia de Água Amarela (hoje Antônio Olinto-PR), predominando aí os poloneses de procedência russa e os outros da região da Galícia. Nas colônias de Rio Claro, Mallet e Dorizom-PR, estabeleceram-se cerca de 1000 famílias, predominantemente oriundas da região dominada pela Rússia. Ainda em 1896 foi assentada a maior colônia polonesa paranaense, em Prudentópolis,

com cerca de 10.000 pessoas, onde 70% de seus membros eram provenientes, também, da região de domínio russo.

4ª fase, 1908-1912

Foi a fase da imigração polonesa que trouxe o maior número de imigrantes para o Paraná, totalizando um número de 23.406 pessoas. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na mesma fase, receberam 1000 e 7000 imigrantes poloneses, respectivamente.

6.5. imigrantes ucranianos

Os primeiros ucranianos a chegarem em grupo ao Brasil foram oito famílias da Galícia Oriental que chegaram em 1891, fundando a colônia Santa Bárbara, próximo de Palmeira, situada entre as cidades de Curitiba e Ponta Grossa. Posteriormente, a imigração de ucranianos no Brasil teve três momentos marcantes. O primeiro, entre os anos de 1895 e 1897, quando chegaram cerca de 20 mil imigrantes que do Rio de Janeiro (Ilha das Flores) eram encaminhados aos portos de Santos e Paranaguá. Os imigrantes que chegaram no ano de 1895 fixaram-se em nos arredores de Curitiba.

Os imigrantes dos anos de 1896 e 1897 encaminharam-se para Prudentópolis e Marechal Mallet respectivamente. O contingente majoritário presente nesse grupo era de pessoas que viviam da produção no campo. Entre os anos de 1908 e 1914, 18500 imigrantes ucranianos entraram no país. E o terceiro momento, após o final da segunda guerra mundial estima-se que mais de 200 mil migrantes deixaram a Ucrânia, sendo cerca de 7 mil em direção ao Brasil, eram operários, prisioneiros de guerra, refugiados políticos e soldados (GARIN, 2010, p.11 *apud* BORUSZENKO, 1995 e HANEIKO, 1963).

Colônia Marcelino – município de São José dos Pinhais (27 km de Araucária) sua área é de 2.642.600 m² e faz divisa com as localidades de Campestre, Faxina, Espigão, Rio Abaixo, Queimadas, Retiro e Colônia Matos, e com os municípios de Mandirituba e Fazenda rio Grande. As primeiras famílias estabeleceram-se na Colônia por volta de 1897, ato representado por um Cruzeiro,

edificado em 1899, agora substituído por outro de concreto e uma placa de mármore.

O nome da colônia é uma homenagem ao antigo proprietário de toda a extensão de terras da localidade, o coronel Marcelino José Nogueira, que facilitou a venda de glebas aos imigrantes e descendentes de ucranianos e poloneses. Pertencendo à paróquia Nossa Senhora Auxiliadora em Curitiba, a comunidade foi fundada em 1902. Na Colônia Marcelino se realiza anualmente, no mês de janeiro, a tradicional Festa do Trigo (PORTAL GIRO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2016).

7. BENS CULTURAIS INTEGRADOS

Os estudos diagnósticos de patrimônio histórico e cultural na área de abrangência do empreendimento compreendem a realização de trabalhos de campo junto às comunidades e aos órgãos públicos do município situados na ADA e AID do empreendimento. Tais trabalhos pretendem identificar *in loco* o perfil dos itens do patrimônio cultural (em suas diversas formas tangíveis e intangíveis) presentes na região estudada, de forma a contemplar não somente os itens do patrimônio que já são reconhecidos ou gozam de alguma espécie de proteção pelo poder público, mas também aqueles que, embora sejam relevantes às comunidades e componham seus universos de referências históricas e culturais, não sejam ainda reconhecidos ou referenciados.

Por outro lado, procuramos observar criticamente a relação estabelecida entre os diversos atores dessas comunidades no que diz respeito ao tratamento e a manutenção do patrimônio cultural, ou seja, a ação do poder público, da sociedade civil organizada, e eventualmente da iniciativa privada em relação ao patrimônio cultural e entre si. Essas relações dos atores sociais em relação ao patrimônio envolvem inúmeras dimensões, as quais refletem tensões e dinâmicas sociais mais amplas. Elas dizem respeito aos procedimentos de identificação, de incorporação, negação, preservação, destruição, promoção, recuperação, esquecimento dos marcos históricos e culturais presentes na região ou que dependem das populações locais para se manterem vivos (tal como as manifestações de cultura intangível como festejos, crenças, técnicas, etc.).

Exatamente por isso, embora num primeiro momento o objetivo dos estudos seja apenas definir os aspectos gerais de cada exemplar do patrimônio, cada item deste patrimônio se envolve em tramas específicas das sociedades, exigindo, portanto, tratamento diferenciado e singular. Assim, junto com a recorrente e indispensável observação da bibliografia referente aos aspectos gerais dos estudos de patrimônio e também daquela referente à área em questão, é indispensável o trânsito entre as comunidades presentes na região, a fim de observar como cada grupo social se relaciona com o patrimônio (ainda que não o nomeiem a priori assim) e o que cada grupo observa e reconhece como tal (CONVENÇÃO UNESCO, 2003).

Esse procedimento parte de alguns princípios basilares no pensamento contemporâneo do tratamento das questões patrimoniais culturais: democratizar as práticas para o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural, observando as diversas possibilidades de visão e interpretação a respeito deste. Ampliar as possibilidades morfológicas que norteiam o reconhecimento do patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada cultura e de cada grupo social. Desenvolver práticas de identificação, proteção, recuperação e fomento dos patrimônios que sejam compartilhadas entre os grupos científicos e as comunidades, atuando de modo coordenado e solidário.

Compreender o patrimônio cultural como algo vivo e integrado às sociedades, como elementos fundamentais na manutenção da coesão social e da preservação das culturas. Adotar o princípio de que somente com o envolvimento da sociedade, sobretudo das comunidades locais (inclusive atuando como parceiros e observadores dos demais atores sociais), é possível uma política patrimonial que seja durável e sustentável. Portanto, para que isso seja real e eficaz, o patrimônio deve ser visto e incorporado como elemento componente das sociedades e não para além delas, com funções reconhecidas, como vetor de seu desenvolvimento e do bem estar coletivo (CONVENÇÃO UNESCO, 1972, 2003).

Dessa forma, os trabalhos de campo envolveram a realização de entrevistas informais junto à comunidade. Por outro lado, serão percorridos os espaços urbanos e rurais do município visando registrar elementos singulares como edificações, marcos e paisagens, sempre respaldados pela indicação da comunidade sobre aspectos indicados como relevantes para a memória e história local. Como resultado deste levantamento serão registrados em fichas específicas para fins de amostragem, alguns elementos de patrimônio material e imaterial, em associação ao registro fotográfico e a sua contextualização histórica de forma a obter dados aptos a fornecer um panorama sobre o quadro de ocupação ocorrido na região.

Isto posto, elencamos amostralmente os patrimônios culturais do município, em cada uma de suas categorias.

7.1. O patrimônio edificado

A arquitetura paranaense exprime os desafios para encontrar soluções ante aos rigores do clima, topografia e vegetação. *Grosso modo*, ela pode ser assim relacionada:

Unidades produtivas: fazendas, engenhos, fábricas e infraestrutura decorrente: malhas ferroviárias, galpões, mercados públicos, armazéns;

Edificações oficiais: igrejas, prédios públicos, estradas, cemitérios. Embora subordinados aos poderes eclesiásticos, classificamos os templos e cemitérios como

oficiais devido à natureza permeável das esferas civil e religiosa no período colonial e no adentrar dos novecentos;

Arquitetura urbana: elementos isolados ou manchas urbanas gravitárias à praça matriz ou outro elemento indutor;

Casa Rural: o morar das gentes que reflete a ocupação do espaço e sua cultura, permeada pelo cotidiano laboral, religioso e lúdico.

a) Unidades produtivas

As propriedades rurais de Palmeira são compostas por edificações com certo esmero estilístico. Conjuntos de residências, oficinas, armazéns, estruturas de manejo compostas majoritariamente pela técnica de construção em madeira. Tal partido arquitetônico é consoante com a necessidade imediata de construção e abundância de matéria prima em terrenos, até então no decorrer dos novecentos, ainda isolados. Assim, registramos exemplares ao longo das estradas envoltórias.

b) A arquitetura em madeira

A arquitetura paranaense é simbolizada, de forma efetiva, pelas construções em madeira. Tal opção reflete a necessidade imediata de morar e comerciar, fatores aliados ao saber fazer e à abundância de matéria prima. Sobre este aspecto observa Kohlrausch:

A principal determinante para a arquitetura de madeira do Paraná é a existência de extensas áreas florestais, onde se destaca o pinheiro, utilizado em larga escala, desde os primeiros estágios da colonização, a partir de tecnologias rudimentares, até a difusão industrial no ciclo econômico da madeira. (2007, p. 24)

Inicialmente erigidos com paus roliços e cobertos com folhas de patis, logo o esmero despontou, como observa Suzuki (2004, p. 06):

Ao longo dos anos, porém, a arquitetura de madeira desenvolveu-se, tornando as edificações cada vez mais elaboradas: as residências ganharam varandas e ornamentos, os troncos roliços deram lugar às tábuas e estas ganharam cores e texturas.

Atualmente, tais edificações resistem em núcleos urbanos isolados, e a podemos presenciar a manutenção do saber fazer, com a construção de novas edificações – casas, templos e equipamentos laborais.

c) O morar em Palmeira

As moradias do município em estudo aponta partidos de construção peculiares, representado sobretudo pela construção em madeira. As posteriores, já em alvenaria, não denotam estilos relevantes, além da funcionalidade e diversificação que encontramos no decorrer do século XX e nos tempos atuais. Assim, nos deteremos na arquitetura paravernacular paranaense, conforme observa Suzuki (2004, p. 2):

Não havia, num primeiro momento, preocupações de ordem estética, somente a urgência do abrigo... Ao longo do tempo, porém, a arquitetura de madeira desenvolveu-se, tornando as edificações cada vez mais elaboradas: as residências ganharam varandas e ornamentos...

Neste universo destacamos as primeiras residências em madeira, de estilo polonês, que possuem como característica mais emblemática o uso de toras falquejadas (a não as tabuadas, posteriores), com encaixe e sem uso de ferragens para consolidação. O partido usual é o emprego de duas águas - frontal e posterior, aproveitamento da cobertura para vivência – quarto, caixilhos em escuro e sobretudo, um vão nas empenas laterais. Imagens antigas apontam o uso inicial de placas de madeira nos telhados, substituídos posteriormente por peças cerâmicas. Como elemento estilístico identitário temos o uso de rendilhados nas terminações dos telhados.

d) Unidades produtivas

O território em questão é marcado acentuadamente pela profusão de pequenas fazendas, de caráter familiar, destinada à cultura de subsistência e à pequena criação pecuária (caprinos, suínos e aves). Estes insumos são, destinados ao consumo próprio e permuta/pequenas vendas.

Tal programa reflete em partidos arquitetônicos que primaram pela opção de matéria construtiva – madeira e em elementos isolados, com funções definidas (sede – morada, paióis, currais, depósitos, oficinas, garagens).

A técnica construtiva majoritária é em madeira, reflexo da necessidade imediata de se ocupar um território até então inexplorado – segunda metade do século XIX e adentrar dos novecentos. Tal premência é derivada das levas de imigrantes, que trouxeram consigo o saber fazer em carpintaria aliada à abundância de matéria prima. Em tempos atuais, vemos edificações em madeira com anexos e ‘próteses’ em alvenaria de blocos cerâmicos e em concreto.

g) Arquitetura urbana

A arquitetura no município em estudo aponta partidos de construção peculiares. Remanescentes de edificações erigidas no núcleo central mesclam o modo vernacular paranaense – madeira, exemplares de *art déco*, casas em alvenaria avarandadas.

h) Arquitetura tumular

O caráter memorial dos cemitérios pode ser visto ao se notar características étnicas, religiosas e de ordem econômica, de acordo com as posses do falecido, conforme observa Tomasi (2012). A autora, no mesmo trabalho, aponta para o caráter museológico dos campos santos, ao podermos observar partidos de construção das sepulturas, a mão do artesão ao fabricar os elementos decorativos, as formas de devoção e as mensagens deixadas nas lápides. Já Hatorri *et. al.* (2012), abordam a importância de estudo destes patrimônios em projetos de licenciamento ambiental.

Isto posto, há de se considerar que os espaços funerários refletem o comportamento sociocultural do mundo dos vivos, onde os cemitérios passam a ser entendidos como um espaço em que as representações simbólicas testemunham determinado universo social, constituindo uma importante fonte documental e um

campo privilegiado para a análise dos valores culturais de determinada comunidade, da mesma forma que permitem melhor compreender os fenômenos da dinâmica cultural e mudança social. Por essa razão, ao lado de contextos domésticos e produtivos, urbanos e rurais, os espaços funerários podem também ser incorporados como objeto de investigação. Uma vez que, salvo em algumas ocasiões, os jazigos constituem artefatos datáveis com precisão possibilitando informações precisas no contexto da temporalidade.

Além disso, muitas vezes o traçado urbano e as tendências arquitetônicas de uma época e região se refletem no plano dos cemitérios e estruturas tumulares, constituindo praticamente uma “cidade fechada”, a cidade dos mortos refletindo a cidade dos vivos. Os objetos tumulares, tais como vasos, anjos, santos, etc, juntamente com a tipologia da construção tumular, representam simbolicamente a relação de aproximação entre vivos e mortos.

Embora no Brasil a preservação e o estudo do universo funerário sejam ainda consideravelmente tímidos, os trabalhos realizados e/ou em andamento atestam a crescente viabilidade das estruturas tumulares como sendo capazes de somar novos conhecimentos aos já produzidos por outras fontes documentais. (Lima, 1994:89). Da mesma forma, as contradições políticas, os processos de mudança social, a reordenação econômica e ideológica, estão fortemente associadas às representações da morte.

Obviamente, a valorização, preservação e estudo de tais estruturas não podem simplesmente ser justificados pelo fator afetividade ou personalista, mas sim, pela capacidade informativa de determinado segmento social. Nesse contexto, não devem ser alvo de análise e preservação somente as estruturas funerárias associadas às grandes personalidades, mas em um sentido pluralista e democrático, alguns exemplares de caráter popular que permitam documentar a maioria da população, são também dignos de valorização e manutenção do registro histórico, como é o caso de alguns túmulos existentes nos cemitérios registrados.

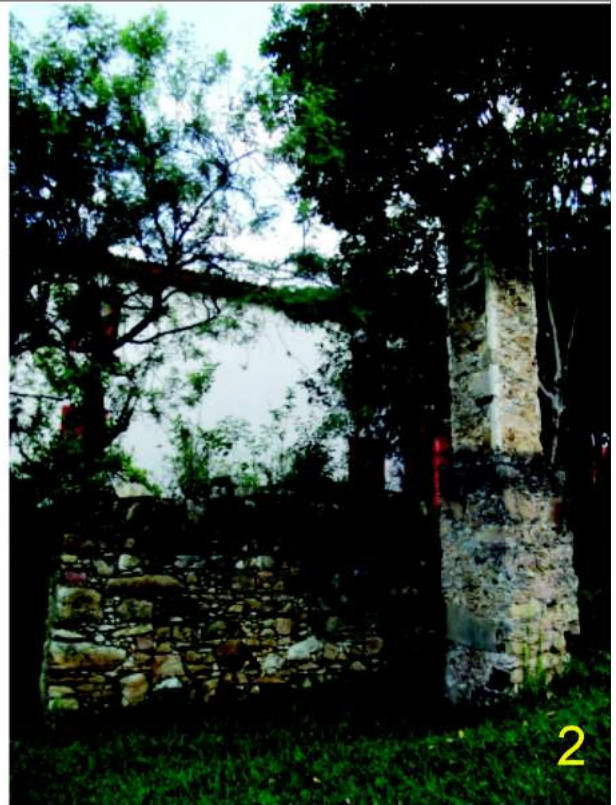


Fig. 01 e 02: Solar Marcondes de Oliveira Sá;
 Fig. 03: Clube Palmeirense;
 Fig. 04 e 05: exemplares de arquitetura de viés colonial, no centro urbano de Palmeira.



Fig. 01 e 02: Arquibancada do Clube Ypiranga - Estádio João Chede;
 Fig. 03: escola rural na Colônia Quero Quero;
 Fig. 04: exemplar rural;
 Fig. 05: Museu de Witmarsum.



Prancha 02

Patrimônio edificado: arquitetura em madeira

Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para	
a CGH Rio do Salto	
Município de Palmeira/PR	
Relatório Final	Novembro de 2017



Fig. 01 a 05: arquitetura urbana de feição eclética - imigrante


 Prancha 03 Patrimônio edificado: arquitetura eclética e imigrante	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para	
	a CGH Rio do Salto	
	Município de Palmeira/PR	
	Relatório Final	Novembro de 2017



Fig. 01: Grupo Escolar "Conselheiro Jesuino Marcondes";
 Fig. 02: Paço Municipal;
 Fig. 03: Secretaria de Urbanismo;
 Fig. 04: Ponte sobre o Rio Papagaio.



Fig. 01 a 04: exemplares de arquitetura tumular do cemitério municipal;
Fig. 05: túmulo emparedado da Capela Senhor Bom Jesus, antigo cemitério municipal.

7.2. Monumentos e obras de arte em logradouros públicos

As cidades brasileiras são acometidas pelo recorrente conflito público – privado sobre a preservação de bens imóveis memoriais ou decorativos presentes em logradouros públicos, definidos por Murilo Marx como “áreas de domínio e uso comum do povo” (1989, p. 132). Tal conflito se reflete no descuido e na nebulosa percepção sobre quem é o responsável por sua preservação, o que o autor (op. cit., p. 50) chama de “gestão do chão público”. Assim, tais patrimônios enfrentam ações de vandalismo e falta de política sistemática de manutenção, cenário não exclusivo dos dias atuais. Ainda em 1858, Avé-Lallemant (p. 333), descreve pichações provocadas pela mocidade acadêmica em uma estátua de Vênus, localizada no Jardim Público da Luz, em São Paulo.

Marx (op.cit., p. 50) chama a atenção para a trajetória de definição do rol de bens públicos, oriundo em documento normativo do Império brasileiro – carta de lei de 1º. de outubro de 1828, os quais se destacam “calçadas, pontes, fonte, aqueductos, chafarizes, pços, tanques e quaesquer outras construcções em benefício commum dos habitantes, ou para decoro, e ornamento da Povoações” (grifo nosso).

Sobre esta percepção do que é público e sobre as responsabilidades de preservação, o município atendido por este empreendimento não foge a este cenário. Relevando a natureza unilateral da concepção e implantação de monumentos, como por exemplo, bustos e marcos, é necessário formular política de reconhecimento com o objetivo de fomentar a reflexão sobre seus atuais significados (BORNAL, GALDINO, 2009, p. 22). Neste sentido, afirmam conceitos emanados pelo Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo – DPH, assim descritos:

Esse cadastramento é de fundamental importância para a preservação da memória da cidade, pois as obras de arte participam dela como significativos marcos referenciais. Através dele, identificamos e localizamos as obras implantadas no espaço urbano, num registro que proporciona um conhecimento mais aprofundado da história de nossos monumentos. Conhecimento que, por sua vez,

fornece sólido respaldo na luta contra o deslocamento aleatório das esculturas de seu local de origem (SÃO PAULO – PREFEITURA. 1987, p.9).

Sobre esta categoria de patrimônio Choay (2001, p. 17 – 18) assim observa:

trata-se de objeto ou construção edificada por uma comunidade, tanto para se recordar quanto para transmitir a outras gerações a memória de fatos, personalidades, sacrifícios, ritos ou crenças. O passado invocado e convocado pelo monumento foi selecionado para ajudar na preservação da identidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar da comunidade.

Desta forma ilustramos nas pranchas a seguir elementos artísticos e memoriais presentes no município.

a) Santas Cruzes

A lembrança dos entes falecidos em acidentes ocorridos em beiras de estradas é perenizada, de forma recorrente, com a construção de marcos votivos. Já no ano de 1857, viajantes percorrendo os interiores brasileiros relataram este costume, conforme aborda Novais: “Cruzes à beira das estradas lembravam acidentes trágicos e convidavam os viajantes à caridade e à compaixão para com os mortos” (1997, p. 90).

Tais monumentos, erigidos em materiais diversos, logo desempenham outra função: local apropriado de descarte de artefatos religiosos, impedidos, segundo o costume antigo, de serem desprezados no lixo comum.

b) O graffiti

Ana Beatriz Soares Cascardo (s.d.) define o *grafitti* como uma arte visual, originária dos movimentos jovens contestadores dos subúrbios das grandes cidades americanas atuantes nas décadas de 1970 e vindouras, executados essencialmente em suporte parietal. Percília(2011) define assim esta arte:

A arte do grafite é uma forma de manifestação artística em espaços públicos. A definição mais popular diz que o grafite é um tipo de inscrição feita em paredes. Existem relatos e vestígios dessa arte desde o Império Romano. Seu aparecimento na Idade

Contemporânea se deu na década de 1970, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Alguns jovens começaram a deixar suas marcas nas paredes da cidade e, algum tempo depois, essas marcas evoluíram com técnicas e desenhos.

O grafite está ligado diretamente a vários movimentos, em especial ao Hip Hop. Para esse movimento, o grafite é a forma de expressar toda a opressão que a humanidade vive, principalmente os menos favorecidos, ou seja, o grafite reflete a realidade das ruas.

O grafite foi introduzido no Brasil no final da década de 1970, em São Paulo. Os brasileiros não se contentaram com o grafite norte-americano, então começaram a incrementar a arte com um toque brasileiro. O estilo do grafite brasileiro é reconhecido entre os melhores de todo o mundo.

Muitas polêmicas giram em torno desse movimento artístico, pois de um lado o grafite é desempenhado com qualidade artística, e do outro não passa de poluição visual e vandalismo. A pichação ou vandalismo é caracterizado pelo ato de escrever em muros, edifícios, monumentos e vias públicas. Os materiais utilizados pelos grafiteiros vão desde tradicionais latas de spray até o látex.



Fig. 01: santas cruzes na estrada da Colônia Quero Quero;
 Fig. 02: monumento aos expedicionários;
 Fig. 03: memorial da imigração italiana;
 Fig. 04: monumentos aos heróis da FEB;
 Fig. 05: placa comemorativa da Colônia Witmarsum.


 Prancha 06 Patrimônio monumental e artístico em logradouros públicos	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para	
	a CGH Rio do Salto	
	Município de Palmeira/PR	
	Relatório Final	Novembro de 2017



Fig. 01: grafitti;
 Fig. 02: monumento da Praça
 Floriano Peixoto.



7.3. O Patrimônio Imaterial

O universo do patrimônio imaterial de uma localidade é composto pelas soluções que encontra para solucionar suas necessidades, bem como manter preservados muitos aspectos de sua cultura tradicional. Tais elementos se refletem no linguajar, no conhecimento empírico e técnicas tradicionais sobre caça, pesca, medicina e clima, lendas, artesanato, culinária, festejos populares e outros.

Diante do exposto elencamos, em caráter amostral, manifestações de caráter imaterial nos municípios citados.

a) O homem e a flora: relações culturais

Durante o trabalho de campo foram coletadas informações sobre o aproveitamento econômico e doméstico de espécies florestais presentes na área de influência direta do empreendimento. Cultivos, extrativismo, medicamentos fitoterápicos conhecidos de forma empírica, denotam a percepção do morador com tais recursos.

Sobre este universo, Paola Castañeda elaborou importante estudo sobre a relação denominada etnobotânica. A autora (2010, p.10) assim a conceitua:

Elisabetsky & Castillo (1990) descrevem a etnobotânica como a principal fonte de informação sobre o uso empírico das plantas que contribui para a compreensão e descrição das relações entre ambiente e cultura. Prance (1991) complementa, argumentando que esta linha de conhecimento estuda as diferentes dimensões da relação do homem com as plantas, expressadas no conhecimento ecológico tradicional, abordando de maneira múltipla a maneira como o homem percebe, classifica e utiliza as plantas.

Neste sentido Balbach (s.d., p. 5) explana:

Por muito tempo a terapêutica vegetal esteve sob domínio do povo comum, e especialmente dos homens do campo, em cujas mãos indoutas o conhecimento empírico do valor medicinal das plantas lhes tem prestado um serviço inestimável.

No âmbito regional Lara (2003, p. 146) descreve usos da flora local:

Nessas hortas também se cultivavam várias espécies de remédios caseiros, tão necessários nas horas difíceis. Com o conhecimento que os antigos tinham desses remédios, eles e os filhos não iam ao médico, só se fosse um caso grave.

Tais matérias primas eram utilizadas em renédios e em benzimentos, conforme explanado:

Quando o conhecimento caseiro (sobre remédios naturais) era insuficiente ou ineficaz, recorria-se às benzedeiras ou benzedores, que eram pessoas da própria comunidade às quais eram atribuídos maiores conhecimentos a respeito da medicina popular e também poderes mágicos, pois acreditava-se que eram capazes de aliviar os males através do toque, de pensamentos. De palavras, de objetos, de orações, sem causa científica aparente (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, 2012, p. 108).

Assim, elencamos amostra deste contexto: a araucária e registro de produção familiar de pêssego.

Araucária (*araucaria angustifólia*)

Conífera presente nas terras altas e de clima temperado, que se estende do interior de Santa Catarina, perpassam Paraná e São Paulo e encontram termo no sul mineiro. Fornecem madeira para construções e movelaria, resina para vernizes e seus 'nós de pinho', que aliado com seus refugos – galhos e folhas – fornecem boa lenha. Seu fruto – pinhão – é usado na alimentação. É servido cozido e em preparo de farofas e em acompanhamento de carnes. Sobre este fruto, temos o relato de um viajante alemão, em 1858: “Entrementes, não esteve ociosa a hospitalidade do caçador de antas. Ele tinha grandes panelas cheias de pinhão cozido. Começou, em grandiosa escala, o segundo prato de nosso jantar” (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 243).

b) A religiosidade

A espiritualidade de uma determinada localidade reflete sua organização social, a forma de se colegiar e a percepção das demandas terrenas entregues ao plano espiritual. Sobre este aspecto, Alves *apud* Lopes (1995, p. 17) observa:

A religião é um fenômeno social que se organiza em função de símbolos sagrados. Esta definição, no entanto, padece de uma circularidade. Num primeiro momento é a religião que batiza como sagrados certos nomes e práticas e, num segundo momento, tais práticas passam a ser o caráter distintivo da religião.

Em ambientes urbano e rural, como é o caso do município em questão, a religião assume papel mais efetivo no balizamento dos eventos, na formulação das demandas e no agradecimento ao atendimento destas. Ao encontro registramos, em caráter amostral, aspectos da religiosidade da comunidade envoltória ao empreendimento, conforme ilustrado.



Fig. 01: araucária;
 Fig. 02: produção de pêsego.



Fig. 01 e 02: artesanato em Witmarsum

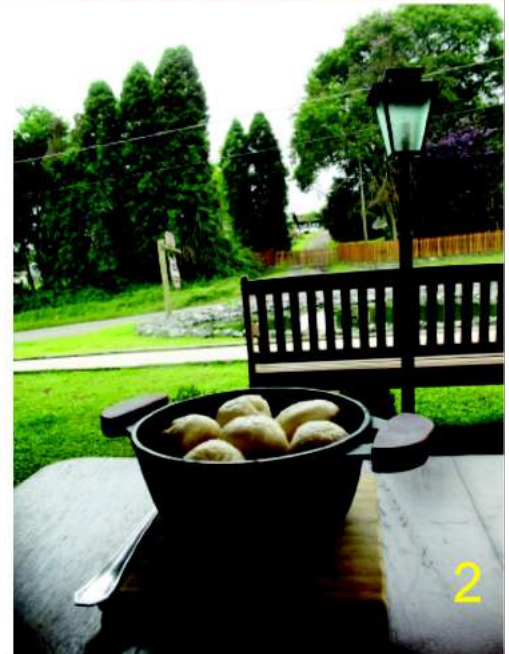


Fig. 01: reunião menonita, realizada em idioma estrangeiro, no Cemitério de Witmarsum;
 Fig. 02: Igreja Matriz.



1

Fig. 01 e 02: pão no bafo.



2

7.4. Patrimônios paisagístico – culturais

Caracterizamos como patrimônios paisagísticos – culturais os acidentes da natureza com apropriação cultural (lugares de memória, “encantados”, atribuídos à lendas) ou que exerçam forte ação de topofilia (relação afetiva do habitante com o lugar em que vive ou com determinada paisagem). Neste sentido citamos Rafael Winter Ribeiro (2007, p. 111) afirma:

Se considerarmos que a categoria de paisagem cultural da forma como tem sido trabalhada junto às instituições internacionais deve ressaltar características interativas entre o cultural e o natural, ou entre o material e o imaterial, abordando o sítio inteiro de uma maneira holística. [...] A categoria de paisagem cultural hoje mostra uma grande riqueza e variedade de possibilidades de abordagem. É possível, no entanto, apontar alguns aspectos que devem balizar qualquer abordagem sobre a paisagem como um bem patrimonial. Se quisermos utilizar esta categoria, devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham seu valor mais exaltado. Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nela existam. [...] É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado.
Grifo nosso.

Sobre a toponímia do lugar, a sua aplicação por iniciativa popular se reveste de extrema importância, em decorrência da escassez de documentos e sinalização que norteiem seus moradores. sobre este cenário aborda Ab Sáber (2003, p. 75):

Cada um destes nomes traduz conceitos obtidos através de vivências prolongadas. Quando agregados a um topônimo, como acontece na maioria das vezes, as designações passam a ter, para o habitante, um caráter referencial – principalmente para quem não dispunha de qualquer tipo de mapa ou carta. Cada homem ou comunidade, em seu pequeno espaço de vivência, reconhecia o lugar de entorno pelos nomes herdados dos indígenas e tornados tradicionais por pescadores, mateiros, seringueiros, castanheiros e beradeiros...

Isto posto, ilustramos nas pranchas a seguir exemplares desta categoria de patrimônio cultural.



Fig. 01: Parque Municipal FEB;
Fig. 02: estrias glaciais de Witmarsum;
Fig. 03: Escarpa Devoniana;
Fig. 04: Balneário Papagaio;
Fig. 05: estrada florestada para Witmarsum.



8.CONTEXTO ARQUEOLÓGICO REGIONAL

O município que abriga o empreendimento em estudo acolhe em seu território 22 sítios arqueológicos (Tabela 04) segundo o banco de dados CNSA IPHAN. Contudo, tais bens não possuem em suas fichas de cadastro as coordenadas de localização.

Tabela 04: sítios arqueológicos localizados em Palmeira

PR00424	Fundão 1
PR00425	Fundão 2
PR00426	Fundão 3
PR00427	Três Morros 1
PR00428	Três Morros 2
PR00429	Três Morros 3
PR00430	Santa Bárbara 1
PR00431	Santa Bárbara 2
PR00432	Santa Bárbara 3
PR00433	Santa Bárbara 4
PR00434	Monjolinho
PR00435	Caboclo
PR00436	Água Clara
PR00437	Santa Bárbara 5
PR00438	Santa Bárbara 6
PR00439	Santa Bárbara 7
PR00440	Santa Bárbara 8
PR00441	Santa Bárbara 9
PR00442	Santa Bárbara 10
PR00443	Santa Bárbara 11
PR00444	Santa Bárbara 12
PR00445	Santa Bárbara 13

Além do alto potencial demonstrado por tal repertório, abordaremos, em caráter regional, um breve cenário do patrimônio arqueológico localizado na Região Metropolitana de Curitiba. Esta região conta com 20 sítios arqueológicos já cadastrados no IPHAN, dos quais 16 são cerâmicos e 03 líticos, além de uma série de referências bibliográficas apontando inúmeras ocorrências arqueológicas e achados fortuitos no âmbito de seus limites territoriais, a saber:

Sítio: Bairro Alto – (PR 00102)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto. Tradição Neobrasileira, Fase Lavrinha.

Área: Não informada.

Compartimento Topográfico: Não informada.

Categoria: Unicomponencial de contato.

Contexto: Em superfície e em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Olaria Pellanda 1– (PR00728)

Descrição: Sítio lítico a céu aberto.

Área: Não informada.

Compartimento Topográfico: Não informada.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial.

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material lítico lascado.

Sítio: Olaria Pellanda 2– (PR00729)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto. Tradição Itararé..

Área: Não informada.

Compartimento Topográfico: Não informada.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Sanga– (PR00730)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto.

Compartimento Topográfico: Não informada.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Pinheiro– (PR00731)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto.

Área: 52m²

Compartimento Topográfico: Não informada.

Categoria: Unicomponencial.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Olaria Pellanda 3 – (PR00759)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto. Tradição Neobrasileira.

Área: Não informada.

Compartimento Topográfico: Não informada.

Categoria: Unicomponencial de contato

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Arroio da Prensa-1 – (PR01071)

Descrição: Sítio localizado a cerca de 200m ao sul da Rua João Gabardo Parolim, próximo ao oleoduto Olapa e ao acesso às cavas do rio Iguaçu. Ocupava o topo de uma encosta suave e era ladeado por dois córregos, afluentes da margem direita do arroio da Prensa.

Área: 6033.57m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial histórico

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Arroio da Prensa-2 – (PR01072)

Descrição: Sítio localizado a cerca de 230m ao sul da Rua Ângela Gabardo Parolim, próximo do oleoduto Olapa e ao acesso às cavas do rio Iguaçu. Ocupava a porção mediana e quase plana de uma encosta suave, ladeada por dois córregos afluentes do arroio da Prensa.

Área: 3003.24m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial histórico

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Arroio da Prensa-3 – (PR01073)

Descrição: Sítio localizado a 50m a oeste da rua Ângelo Gai. Estava sob as Linhas de Transmissão de Energia da Eletrosul, 112m a oeste da torre 239. Distava 145m da margem direita de um córrego afluente do arroio da Prensa. Ocupava a meia-encosta de suave elevação.

Área: 2472.75m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial.

Contexto: não informado.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio Moinho – (PR01074)

Descrição: Sítio localizado entre a rua Nicola Pellanda e a Estrada do Ganchinho, sob a Linha de Transmissão de Energia da Eletrosul (próximo à Torre E-19). Ocupava a porção mediana e quase plana de uma elevação suave.

Área: 1126.48m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial histórico.

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Córrego Passo do Melo – (PR01075)

Descrição: Sítio localizado entre duas Linhas de Transmissão de Energia da Copel e da Eletrosul, a leste das ruas Poeta Bernardo Guimarães e Josué Ferreira e, nas proximidades do Conjunto Residencial Monteiro Lobato.

Área: 4003.5m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial histórico.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Florestas das Imbuías– (PR01076)

Descrição: Sítio localizado a 1.340m da margem direita do rio Iguaçu e a 40m ao norte da Rua Ilíria Maria Zonta Bonato. Distava 40m da margem esquerda de um córrego ladeado por banhados. Ocupava a meia-encosta de uma elevação suave.

Área: 879.2m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial **pré-colonial**

Contexto: Em profundidade. **Vestígios:** Lítico lascado.

Sítio: Duas Lagoas-1 – (PR01077)

Descrição: Sítio localizado 140m a leste da Linha de Transmissão de Energia (Eletrosul) e 220m ao sul da rua Bortolo Pellanda. Distava 50m da margem direita de um córrego afluente do rio Ponta Grossa.

Área: 2274.93m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial **histórico**.

Contexto: Em profundidade

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Duas Lagoas-2 – (PR01078)

Descrição: Sítio localizado próximo ao vértice das ruas Bortolo Pellanda e Nicola Pellanda; distava 24m ao sul da primeira e 56m a oeste da segunda. Ocupava o topo de elevação suave, 170m a leste de duas lagoas.

Área: 4435.25m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial **histórico**.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Canal do Iguaçu-1 – (PR01079)

Descrição: Sítio localizado na margem norte da rua Ernesto Luís Pellanda. Distava 83m da nascente de um córrego e 651m da margem direita do rio Iguaçu. Ocupava a alta-encosta e o topo de suave elevação.

Área: 285.74m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial **pré-colonial**.

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Canal do Iguaçu-2 – (PR01080)

Descrição: Sítio localizado no final da rua Ernesto Luís Pellanda, no pátio da residência do proprietário do terreno. Ocupava o topo de uma elevação suave. Pequenas concentrações de material arqueológico ocupavam um espaço elíptico.

Área: 4401.5m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial **pré-colonial**.

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Mata do Santana – (PR01082)

Descrição: Sítio-habitação localizado a 51m a oeste da rodovia BR-116 e a 218m ao norte da Rua Jorge Tortato. Ocupava terreno plano com leve declividade para leste. O sítio foi detectado e delimitado por cortes-experimentais alinhados e diversos.

Área: 2103m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial **histórico**.

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Arroio da Prensa-4– (PR01083)

Descrição: Sítio-habitação localizado a 48m da margem direita de um afluente do arroio da Prensa. Ocupava o topo de uma elevação. Foi encontrado a 322m a oeste da rua Ângelo Gai, na faixa de domínio de linha de energia da Copel; distava 116m a leste da torre LT-UMB.

Área: 427.04m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial **pré-colonial**.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Córrego Aterrado– (PR01084)

Descrição: Sítio-habitação localizado a 48m da margem direita do rio Iguaçu e a cerca de 150m do seu canal de retificação. Ocupava baixa encosta de uma elevação, ao lado de extensa várzea.

Área: 1916.97m²

Compartimento Topográfico: Baixa encosta.

Categoria: Unicomponencial **pré-colonial**.

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material de lítico lascado.

Sítio: Cemitério de Índios de Curitiba– (PR01085)

Descrição: Sítio localizado a 75m da margem oeste da rodovia BR 116 e a 620m ao sul das instalações da Eletrosul situadas ao lado da mesma via.

Área: 78.44m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial **histórico**

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Em relação ao município de Araucária, segundo o CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) do IPHAN existem no município 10 sítios cadastrados, cabendo destacar que o citado cadastro não se encontra atualizado, mas serve como indicativo sobre o potencial arqueológico da região a ser estudada. Corroborando tal potencialidade, nos municípios limítrofes (Campo Largo, Fazenda Rio Grande e Mandirituba) também já foram registrados inúmeros sítios arqueológicos, conforme descrevemos sinopticamente a seguir:

Município de Araucária

Sítio: Kuramoto– (PR00727)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto..

Área: 800 m².

Compartimento Topográfico: Topo.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto de Deposição: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Bracatingal– (PR00732)

Descrição: Sítio lítico a céu aberto..

Área: 80 m².

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em profundidade

Vestígios: Material lítico lascado.

Sítio: Cotovelo do Passaúna 01– (PR00733)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto, com duas concentrações de material cerâmico.

Área: 480 m².

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Cotovelo do Passaúna 02– (PR00734)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto, com diâmetro de 15cm.

Área: Não informada.

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Torre 01– (PR00735)

Descrição: Sítio lítico a céu aberto

Área: 551 m².

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície

Vestígios: Material Lítico lascado.

Sítio: Torre 02– (PR00736)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto, com duas concentrações de material cerâmico.

Área: 2240 m².

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Cotovelo do Passaúna 03– (PR00737)

Descrição: Sítio lítico a céu aberto, apresentando três concentrações de material arqueológico.

Área: 3000 m².

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície

Vestígios: Material lítico lascado.

Sítio: Curitiba – Batéias 01 – (PR01445)

Descrição: Não informado

Área: não informada

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em profundidade

Vestígios: Não informado.

Sítio: Curitiba – Batéias 02 – (PR01446)

Descrição: Não informado

Área: não informada

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade

Vestígios: Não informado.

Sítio: Curitiba – Batéias 03 – (PR01447)

Descrição: Não informado

Área: não informada

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade

Vestígios: Não informado.

Município de Campo Largo

Sítio: Rio Bonito – (PR00072)

Descrição: Sítio Cerâmico a céu aberto

Área: 300 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Santa Cruz – (PR00073)

Descrição: Sítio Cerâmico a céu aberto

Área: 3000 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Pedreira – (PR00738)

Descrição: Sítio Cerâmico a céu aberto

Área: 1375 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Sanguinha – (PR00739)

Descrição: Sítio Cerâmico a céu aberto

Área: 1050 m²

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Palmeira 01 – (PR00740)

Descrição: Sítio Cerâmico a céu aberto

Área: 850 m²

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Palmeira 02 – (PR00741)

Descrição: Sítio Cerâmico a céu aberto. Tradição Itararé

Área: 324 m²

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Palmeira 03 – (PR00742)

Descrição: Sítio Cerâmico a céu aberto. Tradição Itararé

Área: 840 m²

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio Ferraria 01 – (PR00743)

Descrição: Sítio cerâmico a céu aberto constituído por três áreas elípticas espaçadas, com concentração de material arqueológico, representando as ases das antigas habitações.

Área: 2100 m²

Compartimento Topográfico: Planalto.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico e lítico polido.

Sítio: CERNE 1 – (PR01271)

Descrição: Sítio lítico a céu aberto. Ocupa o topo de uma pequena elevação que ocorre na média encosta e uma crista alongada. Os terrenos são acidentados, com vertentes acentuadas, está a 130m do rio do Cerne e 42m de desnível

Área: 792 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta.

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade

Vestígios: Material lítico lascado.

Sítio: Curitiba – Batéias 08 – (PR01452)

Descrição: Não informado

Área: 20 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade.

Vestígios: Material lítico lascado.

Sítio: Curitiba – Batéias 09 – (PR01453)

Descrição: Não informado

Área: 16 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade.

Vestígios: Material lítico lascado.

Sítio: Curitiba – Batéias 10 – (PR01454)

Descrição: Não informado

Área: 5 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade.

Vestígios: Material lítico lascado.

Município Fazenda Rio Grande

Sítio: LTCTBA-LESTE ST01 – (PR01472)

Descrição: Sítio Cerâmico localizado em Alta vertente voltada em direção ao rio Iguaçu. O material arqueológico ocorria superficialmente junto a uma plantação de camomila. Sendo a concentração maior próximo ao topo da colina.

Área: 20832 m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto.

Contexto: Em superfície e em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Município de Mandirituba

Sítio: Rio dos Patos 01 – (PR01043)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.250m da margem esquerda do rio dos Patos, afluente do rio Maurício e, a 71m da margem direita de um córrego. Ocupava a face sul de um platô alongado com encosta suave voltada para o curso fluvial menor.

Área: 376 m²

Compartimento Topográfico: Topo

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em superfície. **Vestígios:** Material cerâmico.

Sítio: Rio dos Patos 02 – (PR01044)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1200m da margem esquerda do rio dos Patos, afluente do rio Maurício e, a 46m da margem esquerda de um córrego. Estava na face sudeste de uma encosta suave.

Área: 471 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial, histórico, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio dos Patos 03 – (PR01045)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.325m da margem esquerda do rio Maurício, afluente da margem esquerda do rio Iguazu e, a 35m da margem direita de um córrego. Ocupava a face sudoeste de uma encosta suave.

Área: 3669 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em superfície.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Ganchinho – (PR01046)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.800m da margem esquerda do rio Maurício, afluente da margem esquerda do rio Iguazu e, a 108m da margem direita de um pequeno córrego. Ocupava a porção plana de uma crista alongada. O material arqueológico era superficial.

Área: 1714 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em superfície e submerso.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio das Onças 01 – (PR01047)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.841m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, a 58m da margem esquerda de um córrego. Encontrava-se na porção plana de uma crista alongada. Ocorrência de pequena área com concentração.

Área: 1073 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em superfícies.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio das Onças 03 – (PR01048)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.825m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, a 92m da margem direita de um córrego. Disponha-se na porção plana de uma crista alongada com leve declividade para o sul. Ocupações anteriores foram vistas.

Área: 235 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio das Onças 02 – (PR01049)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.825m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, a 86m da margem direita de um córrego. Ocupava a porção plana de uma crista alongada com leve declividade para o sul. Ocupações posteriores foram constatadas.

Área: 918 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em profundidade.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio das Onças 04 – (PR01050)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.810m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, 87m da margem direita de um córrego. Situava-se em uma crista alongada. O material arqueológico ocorreu esparso e superficial.

Área: 141 m²

Compartimento Topográfico: Meia encosta

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em superfícies.

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio das Onças 05 – (PR01051)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.100m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, a 74m da margem direita de um córrego. Encontrava-se no platô de uma crista alongada. Superficialmente o material era esparso.

Área: 157 m²

Compartimento Topográfico: platô

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, - Casa Subterrânea. (Tipo Habitação)

Contexto: Em profundidade

Vestígios: Material cerâmico, estacas, buracos de fossas e fossas.

Sítio: Rio das Onças 06 – (PR01052)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.800m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, a 34mda margem direita de uma nascente. Ocupava o topo de uma elevação e parte de sua encosta sul.

Área: 1387 m²

Compartimento Topográfico: topo

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, implantado a céu aberto (Tipo Habitação)

Contexto: Em profundidade

Vestígios: Material cerâmico e concentração de cerâmica.

Sítio: Rio Mauricio 01 – (PR01053)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.100m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, a 46m da margem esquerda de uma nascente, for4madora de um pequeno córrego. Dispunha-se em área plana de um topo alongado.

Área: 381 m²

Compartimento Topográfico: topo

Categoria: Unicomponencial histórico, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em superfície

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: Rio Mauricio 02 – (PR01054)

Descrição: Sítio cerâmico localizado a 1.080m da margem esquerda do rio Maurício, afluente do rio Iguaçu e, a 38m da margem esquerda de uma nascente. Situava-se em área plana de topo alongado, estendendo-se pela encosta.

Área: 577 m²

Compartimento Topográfico: topo

Categoria: Unicomponencial pré colonial, implantado a céu aberto. (Tipo Habitação)

Contexto: Em profundidade

Vestígios: Material cerâmico.

Sítio: PR Mandirituba – (PR01583)

Descrição: Sítio composto por 3 estruturas subterrâneas, sem material arqueológico em superfície. As estruturas encontravam-se parcialmente encobertas por vegetação, dificultando sua visualização na paisagem. As estruturas localizavam-se em um raio de 100 metros.

Área: Não informada

Compartimento Topográfico: não informado

Categoria: Unicomponencial pré-colonial, - Casa Subterrânea. (Tipo Habitação)

Contexto: Em profundidade - submerso

Vestígios: Material cerâmico.

A título de exemplificação, pesquisas empreendidas em 1996 por ocasião do Contorno Leste de Curitiba possibilitaram a identificação de seis sítios arqueológicos na região. Em 2000, as obras para o Contorno Norte de Curitiba culminaram com a identificação de sete sítios arqueológicos e seis áreas de ocorrências arqueológicas. Em 2002, em decorrência do Contorno Ferroviário Oeste de Curitiba, onze sítios arqueológicos foram identificados (Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo e Araucária,), sendo a maioria associada à tradição Itararé-Taquara e Neobrasileira (CAVALHEIRO; BROCHIER, 2002).

Outrossim, dentre vários projetos realizados na região do Estado do Paraná, os trabalhos de salvamento arqueológico empreendidos no âmbito do Programa de Salvamento Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão, sob a coordenação da arqueóloga Claudia Inês Parellada, cujas pesquisas revelaram 82 sítios arqueológicos caracterizando a presença de grupos caçadores-coletores, desde 10.000 anos AP (antes do presente) a ceramistas e horticultores das tradições Itararé-Taquara e Tupiguarani, bem como de colonizadores europeus e luso brasileiros, após o século XVI (PARELLADA, 2005).

Assim, percebe-se para a região um diversificado povoamento, cuja ocupação remonta ao período pré colonial, conforme atestam vários sítios arqueológicos também associados a grupos caçadores coletores e horticultores ceramistas, além dos sítios históricos. Dessa forma, além dos grupos humanos associados aos sambaquis, é possível ainda apontar para a região ao menos três tipos de Sistemas Regionais de Ocupação Indígena: sistema dos grupos caçadores-coletores (relacionados a Tradição Umbu); sistema de grupos agricultores guarani e kaingang (relacionados as Tradições Tupiguarani e Itararé respectivamente) e sistema da sociedade nacional (relacionado a Tradição Neobrasileira), além dos sítios rupestres presentes principalmente ao longo do rio Tibagi, indicando que a área projetada para implantação do empreendimento está inserida em uma macro-região histórica e culturalmente diversificada, desde tempos pré-coloniais até os dias de hoje. A princípio, a ocupação humana ocorrida na região pode estar associada a três grandes horizontes, a saber:

8.1. Grupos caçadores e coletores

Representados basicamente por sítios a céu aberto com a presença de material lítico lascado. Tendo em vista as variações existentes na indústria lítica, estes sítios foram classificados em duas grandes tradições arqueológicas, respectivamente a “tradição Umbu” e “tradição Humaitá”, as quais são encontradas na região Sul do país entre 12.000 até 2.000 anos AP.

Os sítios da tradição Umbu ocupam o território brasileiro há pelo menos 25.000 anos, cujos vestígios ocorrem em alguns poucos sítios arqueológicos que podem estar implantados tanto a céu aberto como em abrigos rochosos. Geralmente os sítios a céu aberto estão localizados em áreas planas próximas a rios ou pequenos córregos, já os sítios em abrigo estão posicionados em terrenos mais íngremes. Segundo Prous, (1992: 149), os artefatos produzidos pelos grupos da tradição Umbu são constituídos por objetos de pequenas dimensões, produzidos com lascas habilmente retocadas, havendo destaque para pontas de projéteis bifaciais.

Já em relação aos grupos associados à Tradição Humaitá, geralmente os sítios estão implantados a céu aberto, em encostas ou topos de morros sempre próximos a cursos de água, apresentando áreas de concentração de material que podem chegar a 3000 m². As datações mais antigas remontam a 8.000 anos AP, obtidas na região de Itapiranga (SC) e na margem direita do rio Uruguai (província argentina de Misiones). À medida que ocorre um aumento dos ambientais florestais em decorrência de mudanças climáticas, ocorre uma expansão desta tradição ao longo do Rio Uruguai em direção ao Planalto Ocidental, contribuindo para que exista uma distribuição generalizada de sítios da Tradição Humaitá ao longo dos Estados do Paraná e São Paulo. Tais sítios são caracterizados pela presença de artefatos produzidos sobre blocos ou seixos, ou sobre lascas espessas como é o caso das “lesmas” popularmente conhecidas entre os arqueólogos.

8.2. Grupos Cultivadores e Ceramistas - “Tradição Tupiguarani”

Tudo indica que aproximadamente a partir de 3000 anos AP, alguns destes grupos caçadores tenham iniciado práticas de cultivo a partir da domesticação de espécies da flora e aprendido/dominado novas tecnologias, havendo destaque para a confecção de utensílios cerâmicos e líticos polidos, culminando inclusive com sítios arqueológicos que sugerem um aumento e sedentarização populacional. Já há cerca de 2.000 anos atrás a região passa a ser ocupada por extensas aldeias relacionadas a grupos associados à tradição Tupiguarani, que desenvolviam uma agricultura intensiva com cultivo de vários produtos como a mandioca, feijão, algodão, amendoim, tabaco, entre outros. Muitos destes grupos permaneceram nas áreas até a chegada do colonizador europeu, tendo mantido contato com as suas frentes de ocupação.

Os grupos portadores da cerâmica associada à tradição Tupiguarani teriam se originado na Amazônia Central, possivelmente no baixo vale do rio Madeira, há 3.500 anos. Ao longo dos séculos, sequências migratórias resultaram na expansão destes grupos por grande parte do atual território brasileiro, sendo que no Paraná

ocorrem em grande quantidade, aparecendo com maior frequência nos vales dos rios Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguaçu. (FOGOLARI, 2010).

Os sítios arqueológicos desta tradição Tupiguarani, geralmente apresentam várias concentrações de vestígios ou são formados por uma única grande concentração, correspondentes a áreas de solos antrópicos (manchas escuras), contendo materiais arqueológicos representados por peças cerâmicas, lítico lascado, lítico polido e vestígios de fogueiras. As grandes aldeias podiam ser formadas por mais de 10 casas, dispostas em círculo ou adquirindo forma alongada. Localizavam-se sempre em topos ou meia encosta de vertentes suaves, com cursos de água nas proximidades. Suas áreas variavam de 2.000 a 10.000 m², embora tenham sido registradas aldeias com mais de 20.000 m². Sepultamentos são freqüentes nesses sítios, que trazem urnas funerárias nas imediações das casas ou fora do espaço da aldeia.

Os principais vestígios encontrados nos sítios são fragmentos de utensílios cerâmicos que podem se apresentar decorados ou sem decoração. Quanto à decoração apresentam diferentes motivos pintados (em vermelho, preto ou branco formando linhas, curvas, ondas, círculos, zigue-zagues que, em múltiplas combinações, fornecem uma grande variedade de tramas) ou motivos plásticos (corrugado, ungulado, serrilhado, acanalado, inciso, ponteados, impressão de cestaria, escovado, entre outros). Ainda em argila são encontrados cachimbos, fusos e afiadores em canaletas (ou calibradores). Em relação aos vestígios líticos, pode apresentar tanto material lascado quanto polido, sendo frequente a presença de lâminas de machado, mãos de pilão, socadores e *tembetás* (adornos labiais em forma de “T”).

8.3. Grupos Cultivadores e Ceramistas - “Tradição Itararé”

Os grupos filiados a esta tradição possuem sítios arqueológicos e uma indústria cerâmica bastante distinta da anterior e remetendo a grupos etnograficamente vinculados ao tronco lingüístico Jê. Teriam iniciado a ocupação regional um pouco mais tarde, por volta de 1.000 anos atrás e permanecendo na região até o século XVII.

Os sítios dessa tradição possuem grande diversidade morfológica e podem ser encontrados tanto em locais com relevo suave, (Paranapanema e médio Ribeira) áreas íngremes (alto Ribeira) e até mesmo em abrigos rochosos e nas chamadas “casas subterrâneas” (mais comuns na região Sul), constituídas por cavas abertas no solo, cobertas com palha e com diâmetro variando entre 2m e 20 metros. Diferentemente dos sítios da Tradição Tupiguarani, a cerâmica da Tradição Itararé é caracterizada por vasilhames pequenos (até 40cm de altura), de paredes finas, antiplástico mineral e superfícies bem alisadas de coloração escura, com raros elementos decorativos. Já a indústria lítica é mais expressiva que nos sítios tupiguaranis, sendo caracterizado pela presença de lascas e blocos com sinais de uso e artefatos tais como furadores e raspadores. No universo do material polido, são encontradas lâminas de machado, cunhas e socadores. (ROBRAHN-GONZÁLEZ et alii 2002, p. 173).

Assim, com base neste macro contexto arqueológico é possível inferir que empreendimentos realizados na região, possam conter vestígios arqueológicos relacionados a uma ou mais ocupações, indicando a presença de sítios arqueológicos de categorias diversificadas tais como pequenos acampamentos, sítios cemitério, extensas aldeias habitacionais, entre outros, representando os diversos cenários de ocupação humana que se ali se desenvolveram, ao longo do tempo.

Certamente esta região conta com outros sítios arqueológicos que até o presente momento ainda não foram cadastrados no IPHAN, mas reforçam o potencial arqueológico da região e da área de abrangência do empreendimento.

Seguramente, à medida que forem realizadas novas pesquisas arqueológicas centradas para um maior entendimento sobre o contexto cultural destes grupos, poderemos obter maiores informações sobre as formas de apropriação, uso, ocupação, e transformação do espaço, ou seja, os Cenários de Ocupação correlatos aos assentamentos humanos ocorridos nesta parte do estado do Paraná.



Fig. 01: achados fortuitos pré-coloniais,
Fig. 02: achado fortuito de cerâmica de produção regional;
Fig. 03: acervo histórico de imigrantes europeus.
Obs: todas as peças aqui registradas pertencem ao acervo do Museu da Colônia de Witmarsum, Palmeira.

9. PROCEDIMENTOS REALIZADOS

9.1. Conceituação e metodologia

Considerando a natureza dos trabalhos propostos neste projeto de pesquisa, deliberamos pelo estabelecimento de uma metodologia que nos forneça indicativos seguros sobre os padrões de assentamentos humanos ocorridos na região e os processos de uso e transformação da paisagem.

Sendo assim, a conceituação e metodologia da pesquisa estão voltadas para o desenvolvimento da “Household Archaeology”, ou seja, a pesquisa sistemática do espaço interno de sítios, objetivando recuperar informações relacionadas à sua estrutura e funcionamento. A aplicação desta metodologia já se mostrou bastante interessante em outros sítios arqueológicos pesquisados no país, primeiramente pela forma assumida por essas áreas, com diversas concentrações de material, indicando a presença de locais de atividade, cuja estruturação, conteúdo e variações fornecem dados relativos à organização social, política e econômica do grupo que se desenvolveu no local. O estudo da padronização de refugio e sua variação ao longo do tempo permitem ainda, averiguar processos mais amplos de continuidade e mudanças estruturais, indicadores para análises sobre hierarquização interna de sociedade e sobre processos culturais mais amplos a que os sítios existentes possam estar relacionados.

Estudos comparativos intra-sítio apresentam-se, portanto, indispensáveis para uma abordagem que abra perspectivas para uma compreensão mais detalhada da variabilidade de sistemas sociais e políticos estruturalmente semelhantes. Dessa forma, o estabelecimento de pesquisas arqueológicas possibilitadas por este projeto, soma esforços nos estudos direcionados para uma maior compreensão dos assentamentos ocorridos nesta parte do Estado, acarretando novos questionamentos e principalmente, dando um suporte para futuras pesquisas norteadas pela Arqueologia nessa região do território nacional.

Dessa forma, realizamos um levantamento por amostragem, recorrendo além da verificação de superfície e análise de perfis/cortes já existentes no terreno, a abertura de poços teste nas áreas com características fisiográficas mais propícias a ocorrências de vestígios arqueológicos. As sondagens foram orientadas a partir do estabelecimento de um eixo magnético, e posicionadas no terreno formando uma “malha” de forma a cobrir igualmente várias porções do terreno. Tal abordagem está baseada no método de amostragem geométrica sugerida por Redman (1974 *apud* BORNAL, 2010) para aplicação em grandes áreas facilitando a identificação de sítios arqueológicos em grandes espaços territoriais. Todavia, adaptamos tais diretrizes metodológicas para a área alvo deste projeto de pesquisa.

Por outro lado, as pesquisas arqueológicas foram centradas basicamente em quatro fontes de informação: a documentação histórica, os vestígios materiais remanescentes (cultura material), a forma como eles estão dispostos no espaço (padrões de distribuição) e as relações do sítio com o meio natural e cultural (inserção na paisagem).

Sob estes aspectos, a *cultura material* refere-se a todas as evidências físicas da atividade humana (artefatos, enterramento, restos alimentares, etc.) as quais possuem potencial informativo sobre as atividades cotidianas de determinado grupo social, mas que devem ser analisadas a partir de uma visão global no contexto dos sistemas socioculturais a que estas sociedades estão relacionadas. Além disso, artefatos, estruturas ou sítios não podem ser entendidos isoladamente, mas sim, analisados a partir de uma abordagem que os considere como elementos integrantes e interagentes de um sistema sócio cultural articulado e dinâmico, onde *os padrões de distribuição* dos vestígios e dos sítios constituem um importante elemento de análise.

Isto posto, há de se ressaltar a necessidade de se considerar as características de disposição dos vestígios no interior dos sítios (análise *intra sítio*) e/ou disposição dos sítios entre si (análise *inter-sítio*) possibilitando obter informações sobre padrões de ocupação, áreas de captação de recursos – territorialidade, organização e interação social, cultural e econômica (RENFREW &

BAHN, 1996). Entretanto no conjunto das relações que permearam as interações do homem com o meio ambiente, configura-se como de vital importância compreender a inserção do sítio na paisagem e identificar as variáveis ambientais que nortearam as diversas formas de apropriação do espaço no limiar do tempo.

Neste sentido, as premissas teóricas do presente programa procuram privilegiar os princípios basilares da “*Arqueologia da Paisagem*”, adotando preceitos teóricos e metodológicos fundamentados nos princípios da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, a fim de melhor compreender os processos que resultaram na construção da paisagem em estudo. Outrossim, as pesquisas serão centradas no estudo dos possíveis sítios e seu entorno ambiental, procurando realizar a reconstituição da paisagem histórica que, de certa forma, norteou a ocupação humana nestes espaços.

É importante ressaltar que a paisagem deve ser entendida como um conjunto de elementos articulados em determinada porção do espaço, constituindo um fenômeno em constante processo de transformação, seja por fatores naturais ou culturais. Da mesma forma, a constante inter-relação estabelecida entre os elementos do meio natural com o meio socioeconômico e cultural compõe o que denominamos de paisagem cultural, contendo diversas características tanto físicas como ideológicas “... *y ciertos elementos que han modificado el entorno por medio de los cuales un determinado grupo genera una percepción particular del espacio*”(INGOLD, 1993, TILLEY, 1994, MORPHY 1995 *apud* GARCIA, 2006, p. 122).

Em suma, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, muitas vezes apresenta várias assinaturas antrópicas, que constituem objeto de estudo da denominada *Arqueologia da Paisagem*.

A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores ao longo do tempo (MENESES, 2002, p.30).

Conforme Godelier (1989), o ser humano *“a diferencia de otros seres vivos, no sólo vive en el entorno, sino que crea su propio entorno para vivir, o dicho en otras palabras, construye su propio medio socio-cultural”*. De maneira geral, o estudo desse fenômeno sobre o ponto de vista arqueológico, constitui o tema central da Arqueologia da Paisagem, de certa forma voltada para a análise dos processos e formas de culturalização do espaço ao longo do tempo. De acordo com *Collins Dictionary of Archaeology* (BAHN, 1992 *apud* CHAPMAN, 2006, p. 11), Arqueologia da Paisagem pode ser definida como:

...an approach, especially in archaeological survey, where the unit of analysis is the artefact rather than the site... (It) recognises that many of the material consequences of human behaviour are ephemeral and will not conform to standard definitions of sites, and documents the distribution of humanly-modified materials across the landscape.

Assim, o conceito de arqueologia da Paisagem se relaciona com uma abordagem que procura compreender as diversas formas de uso e ocupação do espaço a partir da leitura e interpretação das expressões materiais da cultura, que muitas vezes, incorporam a noção de patrimônio cultural. Nessa diretriz, Criado (1999) assinalou que a Arqueologia da Paisagem pode ser vista como uma linha de pesquisas arqueológicas orientadas para *“... el estudio y reconstrucción de los paisajes arqueológicos o, mejor, el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia”* (CRIADO, 1999, p. 6).

Sob estes aspectos, a Arqueologia da Paisagem procura entender a paisagem como cenários resultantes dos processos de artificialização do ambiente, onde as sociedades do passado desenvolveram estratégias de apropriação e transformação do espaço, produzindo uma determinada paisagem social, *“... cuyo estudio debe ser también cubierto para poder comprender un determinado momento cultural”* (CRIADO *et al*, 2002, p. 23). Em geral, as informações provenientes de todas as áreas da investigação arqueológica podem ser utilizadas na Arqueologia da Paisagem, embora estudos cartográficos, pesquisa documental, levantamentos e vistorias de campo constituam os métodos mais comumente utilizados (CHAPMAN, 2006, p. 11). Ainda nas palavras do autor, *“the combination of methods has often*

supplied the key to providing a wide range of clues, identifying the complex palimpsest of past activity that characterises our landscape today” (idem, p. 12).

Todavia, nas últimas décadas, diferentes perspectivas teóricas têm sido utilizadas nas pesquisas em Arqueologia da Paisagem, abordando novos temas e novas problemáticas, como é o caso do conceito de percepção que tem começado a ser utilizado e aplicado no trato da paisagem (CRIADO, 1999; BENDER, 1993; HIRSCH, 1995, GARCIA, 2006, BORNAL, 2008).

Obviamente, conforme já assinalado, a percepção da paisagem configura-se como um conceito plenamente subjetivo, sujeito a interpretações e significados que podem variar de observador para observador. Diante disso, muitos arqueólogos ao tratar da percepção da paisagem têm recorrido aos estudos sobre as condições de visibilidade de um sítio arqueológico (AMENOMORI, 2005, p. 132). Tal abordagem deve levar em consideração as condições de visualização (a forma como um elemento arqueológico é visto) e as condições de visibilidade (o que se vê de um determinado elemento arqueológico), permitindo analisar a existência de panorâmicas privilegiadas de um determinado espaço ou sítio arqueológico.

Para Criado (1999), os estudos sobre as condições de visibilidade em um sítio arqueológico são realizados não só para estabelecer comparatividade entre as diferentes panorâmicas de um mesmo sítio arqueológico, mas também para comparar entre si *“las panorâmicas y orientaciones abarcadas desde todos los yacimientos de un mismo tipo (lo que permitirá reconocer si existe un protótipo de panorâmica o escena dominante para esse fenômeno arqueológico”* (CRIADO, 1999, p. 33).

Arqueologicamente, a visibilidade constitui um elemento que pode ser analisado e compreendido, cujos estudos têm sido realizados com certa frequência em abordagens interpretativas da paisagem. Entretanto, tais interpretações somente são viáveis a partir de um conhecimento prévio da paisagem a ser analisada (MEINIG, 1979; TUAN, 1979, COSGROVE, 1989, BENDER *et al.* 1997 *apud* CHAPMAN, 2006, p. 85).

Tal perspectiva procura compreender mais o conjunto do que suas partes isoladas e considera que o todo possui propriedades que não podem ser explicadas em termos de seus constituintes individuais, caracterizando o que se convencionou chamar de perspectiva holística a qual também considera que a ciência é constituída por um sistema integrado e complexo, e não por uma série de disciplinas e setores contraditórios e desconexos (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 4). Da mesma forma, a abordagem holística vai além da interdisciplinaridade, adotando o princípio da transdisciplinaridade, que visa à compreensão da realidade estabelecendo uma relação de complementaridade entre ciência e tradição.

A adoção do princípio da transdisciplinaridade no estudo de um determinado fenômeno prescreve acolher o conhecimento oriundo não só das fontes não acadêmicas, mas também da tradição, do saber local, que nesse caso, adquire “... *valor e peso significativo, pois advém da cultura local, e constituem agentes dinâmicos que imprimem personalidade e distinção a região enfocada*” (FERRÃO, 2004, p. 138). Nessa perspectiva, os estudos sobre os cenários culturais procuraram contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo auxiliando nos trabalhos de campo e no reconhecimento e identificação dos vários elementos constituintes da paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial.

Além disso, procuramos analisar o meio ambiente a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearão o cenário de implantação do sítio em estudo. A abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística, pois ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema ambiental, procura também tratar da interação existente entre estes componentes (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 45).

Diante disso, sob a ótica da *Arqueologia da Paisagem* foram estudados vários fatores e componentes da paisagem, tais como relevo, hidrografia, compartimentos topomorfológicos, patrimônio histórico edificado, patrimônio cultural imaterial, que juntamente com as evidências e sítios arqueológicos, poderão propiciar o estabelecimento de um panorama da paisagem do local e fornecer subsídios para a interpretação do conjunto de relações do homem com o meio ambiente local. De maneira geral, tal diretriz foi aplicada para o presente Programa tendo como base o conceito de Arqueologia da Paisagem preconizado por Criado (1999), segundo o qual:

La Arqueología del Paisaje estudia un tipo específico de producto humano (el paisaje) que utiliza una realidad dada (el espacio físico) para crear una realidad nueva (el espacio social: humanizado, económico, agrario, habitacional, político, territorial...) mediante la aplicación de un orden imaginado (el espacio simbólico: sentido, percibido, pensado...).

Ainda segundo Criado (1999), a paisagem como produto social é caracterizada pela conjunção de três tipos de elementos, cada um dos quais configurando uma determinada dimensão da paisagem. Primeiramente, apresenta-se o entorno físico ou espaço ambiental que se configura como cenário da ação humana. Em seguida, encontra-se o espaço como produto social ou meio construído e adaptado pelo homem, configurando-o como o lugar das manifestações socioculturais dos agrupamentos humanos que nele interagem. Por fim, situa-se a paisagem como espaço simbólico ou pensado, cuja dimensão deve ser considerada quando se pretende compreender um determinado Cenário de Ocupação ou Paisagem Cultural.

Entretanto, por razões metodológicas e estratégicas e para uma melhor compreensão sobre os processos sociais, culturais e históricos que nortearam a apropriação do espaço pela ação humana, procuraremos dar prioridade ao espaço adaptado pelo homem, sempre procurando “reconstruir” e interpretar as paisagens arqueológicas a partir dos vestígios nela existentes. O entendimento do *design* da ocupação humana no âmbito da área do empreendimento poderá ainda propiciar reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de

apropriação do meio ambiente físico-biótico em relação ao contexto sócio, cultural e econômico das comunidades correlatas à área de pesquisa.

Foram considerados seus limites temporais e territoriais e realçada a convergência Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural. Para o sítio arqueológico identificado foram feitos trabalhos de identificação e caracterização, de forma a obter dados precisos sobre sua natureza, morfologia e estado de conservação. Para tanto, foram preenchidas Fichas de Cadastro contendo dados de localização do sítio em cartas por coordenadas obtidas com GPS, além de documentação fotográfica e gráfica. Por fim, foi feita uma avaliação do potencial científico que os sítios apresentarem, o que constitui informação essencial para a análise de impactos e proposição de medidas mitigadoras/compensatórias cabíveis.

Em resumo, as pesquisas tiveram como objetivo propiciar uma melhor compreensão sobre a formação e evolução histórica da área em estudo, enfocando as alterações na paisagem em função da ocupação do local e do conjunto de relações sociais, econômicas e culturais que delinearam e nortearam as características de apropriação do espaço nesta parte do Estado.

Desta forma, foram realizados os seguintes procedimentos:

Caminhamento sistemático: Na área em questão realizamos a verificação de superfície sistemática no terreno, associadas às prospecções, descritas adiante. Sob estes aspectos foram efetuados caminhamentos buscando cobrir a variedade de situações paisagísticas presentes. Paralelamente foi realizada a análise de perfis estratigráficos existentes (cortes, barrancos, etc.) fornecendo subsídios sobre a estratigrafia local. Os procedimentos amostrais de caminhamento estão no mapas do Anexo I.

Grid de prospecções: em decorrência das estruturas previstas foram apresentados planos de intervenções que oferecesse análise abrangente de todos os aspectos fisiográficos da área de pesquisa. Tal abordagem está baseada no método de amostragem geométrica sugerida por Redman (1974, *apud* BORNAL, 2007) para aplicação em grandes áreas facilitando a identificação de sítios arqueológicos em grandes espaços territoriais. Todavia, tais diretrizes metodológicas

foram adaptadas para a área alvo deste projeto de pesquisa. Desta forma, procedemos intervenções com distanciamento de referência de 50 m na totalidade da ADA do empreendimento, exceto setores alagadiços, com afloramentos rochosos e escarpados.

Já em relação à AID do empreendimento, diante de termos em geral terrenos alheios à obra, as intervenções foram norteadas pelo caminhamento sistemático e condicionado à permissão dos titulares das propriedades para a execução deste.

Os poços teste foram numerados sequencialmente (DATUM Sirgas 2000). Estes apresentam diâmetro de 20 cm (cavadeira manual), até a profundidade de 1 metro, aferido por níveis artificiais de 20 cm. Tal profundidade não foi alcançada mediante presença de saibro, rocha, água, etc., devidamente justificada em ficha própria. Terminada a intervenção foi procedida a recomposição do terreno (recolocação do solo vistoriado). As intervenções estão descritas nas fichas de procedimento presente no Anexo II.

Ressaltamos também que o *grid* previamente proposto foi adaptado mediante as características do terreno, podendo uma prospecção prevista ter sido suprimida (terreno alagadiço, corte acentuado de terreno, natural ou antrópico, setor pavimentado/britado, etc.) ou complementada (proximidade com curso d'água, relevo suave):

No patrimônio identificado na ADA do empreendimento (AOH) foi procedida sua delimitação por meio de estreitamento de grid (25 metros). Os planos gerais de prospecção (em estruturas e nas delimitações) estão ilustrados nos mapas do Anexo III.

9.2. Procedimentos de divulgação e esclarecimento

A equipe de Arqueologia realizou atividades de divulgação junto ao órgão público municipal, em específico, na Secretaria de Cultura. Também foram procedidos esclarecimentos no Museu Histórico de Witmarsum e com moradores envoltórios à bens culturais, como por exemplo, o Estádio João Chede.



Fig. 01: caminhada;
 Fig. 02 a 04: verificação de setores
 Fig. 05: análise de perfil.



Fig. 01: reunião na Secretaria Municipal de Cultura - Palmeira;
Fig. 02: ação junto a colaborador de bem tombado - Estádio João Chede.

10. DESCRIÇÕES SETORIAIS

Anteriormente à descrição dos resultados obtidos, descreveremos neste momento as características coligidas pela equipe de Arqueologia, quando da realização da etapa de campo prospectiva.

A característica do empreendimento refere-se à central de geração de energia elétrica por meio hidráulico, o qual prevê cotas mínimas de inundação, atuando sob nível máximo de vazão – aspecto natural do recurso hídrico em questão. Tal característica reduziu sobremaneira a ADA do empreendimento, com alguns setores restritos ao corte natural das margens.

O Rio Salto, na altura do empreendimento, é entremeado por meandros acentuados de vazão plácida e rápidos – setores encachoeirados. Estes apresentam afloramentos proeminentes, com travessões e ‘marmitas’. No entanto, a feição predominante de suas margens é composta por elevações colinares de média a baixa declividade, à exceção da parcela ao norte, onde feições alcantiladas se apresentam. Em alguns setores temos pontos de terrenos alagadiços.

A ocupação envoltória refere-se à unidades rurais com monocultivos: soja, milho, pastagens. Empreendimentos pretéritos são compostos por ferrovia em atividade, estrada vicinal e represamento.

A vegetação é composta por nichos residuais de vegetação ombrófila – diminuta mata ciliar precária com predomínio de pinus, além dos cultivos já mencionados.

Em linhas gerais a visibilidade para a realização do trabalho foi considerada satisfatória.

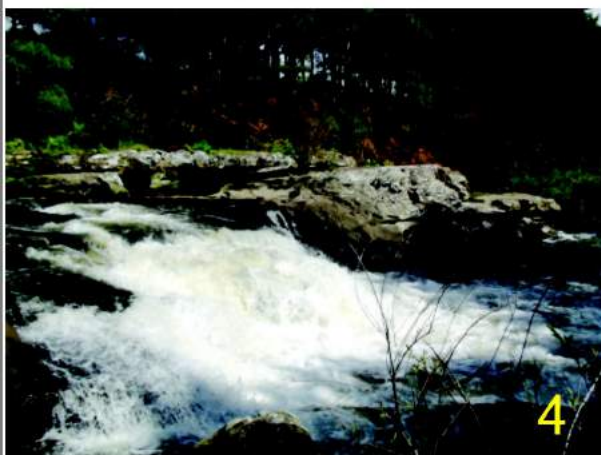


Fig. 01 e 02: meandros plácidos do Rio Salto;
Fig. 03 a 05: rápidos.



Fig. 01: ponte ferroviária;
 Fig. 02: represamento existente;
 Fig. 03: via rural;
 Fig. 04 a 05: monocultivos.

11. RESULTADOS OBTIDOS

Em um primeiro momento, para efeito de esclarecimento sobre a natureza deste projeto, faz-se necessário apresentar alguns conceitos que irão nortear a eleição de bens arqueológicos no presente programa interventivo, como seguem:

Área de Interesse Histórico - arqueológico - AIHA: para a definição desta categoria utilizou-se o conceito unitário de sítios arqueológicos urbanos (op. cit., 2010, p. 46) aplicado para o coletivo. Neste projeto a definimos como um conjunto de ordem arquitetônica e urbanística composto por edificações, arruamentos e equipamentos de infraestrutura que trazem consigo testemunhos de momentos pretéritos, de **importância regional**, com alto potencial cultural e ampla necessidade de execução de pesquisas. A implementação de seu perímetro se configura como medida **cautelar** com o objetivo de salvaguardar os bens culturais e apontar a necessidade de elaboração de procedimentos futuros; estas premissas trazem para a cronologia do universo cultural vestígios oriundos de processos que avançam pelo século XX, *“vestígios, estruturas e outros bens que possam contribuir na compreensão da memória nacional...”* (op. cit, p. 47);

Área de Ocorrência Histórica - AOH: quantidade ínfima de vestígios históricos (fragmentos de restos construtivos, louças de procedência nacional, etc.).

Isto posto, descrevemos a seguir os patrimônios identificados, ilustrados nos mapas do Anexo IV.

11.1. AIHA Casa Hartmann 01

Coordenadas: 22J 606145, 7190293

Descrição: edificações rurais localizadas em margem de estrada rural, na Colônia de Quero Quero. O bloco principal foi erigido em alvenaria de tijolos, sem recuo frontal, com platibanda. Os vão são em arco pleno, com caixilhos de madeira e guilhotina externa. O segundo bloco foi construído em madeira, provavelmente com função. À primeira vista o embasamento de ambos foi realizado com uso de pedras. Sua construção data de 1923 e sua função é atribuída a armazém.

11.2. AOH Salto 01

Coordenadas: 22J 608830, 7195995

Descrição: área de ocorrência histórica composta por alicerce de edificação rural. está localizada em meia encosta de elevação colinar, em margem de estrada rural, na ADA do empreendimento.



Fig. 01 a 03: aspectos gerais e detalhes construtivos



Fig. 01 e 02: aspectos gerais e detalhes construtivos

12. ANÁLISE DE IMPACTOS E DIRETRIZES

A literatura que versa sobre os impactos infringidos por grandes empreendimentos sobre os bens culturais acena para a amplitude de atuação que transcende os limites do empreendimento (MELLO, 2006). Especificamente sobre empreendimentos de grande porte vemos nos diplomas reguladores editados pela 9ª. Superintendência Regional – IPHAN (BASTOS, SOUZA, 2010, p. 225) observações sobre a matriz indutora de territórios de projeto desta magnitude, isto é, a capacidade de transformação de cenários econômicos, culturais, paisagísticos e urbanos que eles possuem.

Em geral impactos derivados transcendem a área diretamente afetada ou o domínio de concessão. Neste sentido pretendemos considerar nas tabelas de avaliação de impactos os fatores que poderão causar alteração do cenário atual (implantação de loteamentos residenciais ou industriais, abertura de novos acessos, adensamento populacional, etc.). Evidentemente não se espera neste projeto o registro e preservação de todo o estado atual das comunidades envoltórias presentes ao empreendimento. Mas há de se considerar, inclusive com prescrição presente no termo de referência citado³ a observância de grupos vulneráveis, conforme descrito:

Atenção especial deve ser dada aos chamados grupos vulneráveis, conjunto de pessoas que, por motivação diversa, têm acesso, participação ou oportunidade igualitária dificultada ou vetada a bens e serviços universais disponíveis para o conjunto da população. São grupos que sofrem, tanto materialmente, como social e psicologicamente, os efeitos da exclusão: isto se dá por motivos religiosos, de saúde, opção sexual, etnia, cor de pele, por incapacidade física e mental e gênero, dentre outros (op. cit., p. 229).

Isto posto, as avaliações de impactos irão abordar os sítios arqueológicos, áreas de interesse histórico – arqueológico (AIHA) e demais categorias que representem comunidades indígenas e rurais, que evidenciam a gente simples do campo, alheia aos registros oficiais de classes dominantes.

³BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: IPHAN – 9ª. SR, 2010;

Outra abordagem a ser considerada é a secção e/ou supressão de elementos que compunham um sistema de assentamento (vias de acesso, unidades habitacional, jazidas) de ordem pré-colonial ou histórica. Tal visão sustenta-se à luz da Arqueologia da Paisagem, assim definida por Morais (2006, p. 209):

A arqueologia da paisagem, enquanto subcampo estuda o processo de artificialização do meio, na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento. [...] assim, estuda a regularidade, o arranjo e a distribuição das transformações do meio ambiente em uma área geográfica definida. (grifo nosso)

Salientamos que o repertório de patrimônios identificados apresenta baixo potencial de impacto, representado primeiramente pela localização da AIHA e segundo, pela pouca relevância da AOH identificada. Assim, elencaremos os procedimentos a serem adotados, tendo em vista a preservação e/ou mitigação dos impactos previstos.

Sinalização e instalação de redutor de velocidade: em decorrência da localização da AIHA Casa Hartman 01 em margem de estrada rural que poderá ser utilizada pelo empreendimento, quando de sua construção, recomendamos a sinalização deste bem com placa indicativa bem como a instalação de redutores de velocidade, tendo em vista a possibilidade de colisão assim como trepidação resultante;

Inserção das informações em sistemas de bancos de dados: Os trabalhos de campo geram uma gama de informações: categorias de sítios, localização, dimensão, estado de conservação, graus de riscos de agressões e potencialidades, dentre outras variáveis, dados definidos como arqueoinformação, assim conceituada por Morais (2006, p. 198):

Referência genérica a quaisquer informações relativas à arqueologia e ao patrimônio arqueológico no sentido *lato*, quer sejam dados arqueológicos propriamente ditos ou dados de interesse arqueológico provenientes das disciplinas afins da arqueológica, gerenciáveis em Sistema de Informação Geográfica (SIG aplicado à arqueologia).

Tal repertório de informações demanda eficaz compilação e rápida resposta ante as necessidades que se fizerem presentes, conforme preconiza Chagas (2008, p.2). O atendimento a estas questões somente será possível, de forma satisfatória e

otimizada, com o uso das chamadas geotecnologias, dentre as quais destacam-se os SIGs – Sistemas de Informações Geográficas, cenário abordado por Ana Rodríguez (2005, p. 22, 38):

A necessidade crescente de representação do espaço geográfico e dos fenômenos possibilitou o surgimento de avanços tecnológicos como: a cartografia digital, o sensoriamento remoto (SERE) e o geoprocessamento SIG. Estas ferramentas têm a função de combinar documentos e obter mapeamentos que forneçam subsídios para tarefas como monitoramento dos recursos ambientais, geração automática de mapas cartográficos, cadastramento rural e urbano, etc.

Os SIGs são definidos como sistemas que envolvem “[...] a integração de dados georeferenciados, num ambiente orientado para a resolução de problemas” (COWEN, 1988 *apud* OSÓRIO; SALGADO, 2007, p. 1551). Na gestão municipal, estas ferramentas tornam-se de estrita importância, como vetores de planejamento, prevenção e resposta (MENESES, 2007, p. 46). A catalogação de bens culturais mostra-se como importante ferramenta de proteção, pesquisa e disponibilização, uma vez que proporciona a organização dos dados e auxilia na aplicação de políticas públicas. Com este objetivo complementa-se o processo de reconhecimento do patrimônio arqueológico com a disposição das informações em sistema de inventário, com a compilação básica das informações sobre cada item e possibilitando a compreensão de panoramas globais. É, portanto orientados por estes conceitos, que serão realizadas as análises individuais de impactos e proposição de medidas mitigadoras, nos patrimônios culturais identificados, conforme modelo de ficha apresentado a seguir.

ANÁLISE DE IMPACTOS									
Caracterização do bem cultural									
Nome:	AIHA Casa Hartman 01								
Tipo:	Histórico – arqueológico								
Integridade:	Mais de 75%	<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 25 e 75%	<input type="checkbox"/>	Menos de 25%	<input type="checkbox"/>			
Importância:	Alta	<input checked="" type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>			
Localização:	Área diretamente afetada	<input type="checkbox"/>	Área indiretamente afetada	<input type="checkbox"/>	Área de influência indireta	<input checked="" type="checkbox"/>			
Avaliação do impacto									
Descrição:	Colisão e trepidação decorrente de trânsito								
Temporalidade:	Passado	<input type="checkbox"/>	Constante	<input type="checkbox"/>	Futuro	<input checked="" type="checkbox"/>			
Magnitude:	Baixa	Atuação:		Direta	<input type="checkbox"/>	Indireta	<input checked="" type="checkbox"/>		
Caráter:	Negativo	<input checked="" type="checkbox"/>	Positivo	<input type="checkbox"/>	Reversível:	S	<input type="checkbox"/>	N	<input checked="" type="checkbox"/>
Previsão-prazo	Longo			Probabilidade:	média				
Medidas mitigadoras									
<p>Sinalização e instalação de redutor de velocidade; Inserção das informações em sistemas de bancos de dados</p>									

ANÁLISE DE IMPACTOS									
Caracterização do bem cultural									

Nome:	AOH Salto 01							
Tipo:	Histórico – arqueológico							
Integridade:	Mais de 75%		Entre 25 e 75%		Menos de 25%	X		
Importância:	Alta		Média		Baixa	X		
Localização:	Área diretamente afetada	X	Área indiretamente afetada		Área de influência indireta			
Avaliação do impacto								
Descrição:	Supressão de horizontes histórico – arqueológicos							
Temporalidade:	Passado		Constante		Futuro	X		
Magnitude:	Baixa		Atuação:	Direta	X	Indireta		
Caráter:	Negativo	X	Positivo		Reversível:	S	N	X
Previsão-prazo	Longo		Probabilidade:	média				
Medidas mitigadoras								
Inserção das informações em sistemas de bancos de dados								

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos realizados resultaram na identificação de dois patrimônios, ambos de origem histórica novecentista. Tais componentes indicam o potencial

arqueológico da região, sobretudo no que concerne à trajetória imigrante rural da localidade.

Em relação à AIHA, seus vestígios estão associados a unidade habitacional e laboral rural, com possibilidade de dispersão de seus vestígios consoante com as práticas de descarte vigentes em diversos períodos, conforme podemos observar nas palavras de Tocchetto *et al.* (2001, p. 13, 19), para que tais vestígios “... se enterrassem imediatamente em seus próprios terrenos. [...] em poços aparentemente criados para esta finalidade.”

Neste contexto podem ocorrer louças de produção nacional relacionadas a utensílios domésticos cuja grande maioria é proveniente de áreas de descarte, geralmente localizadas nas proximidades de unidades habitacionais com potencial informativo sobre a sua própria materialidade (matéria-prima e seu processamento, tecnologia, morfologia, tipologia decorativa, funções, etc), e sobre as formas de organização da sociedade que os produziu e utilizou, revestindo-o também de significativo potencial didático e educacional.

Seguramente, a análise conjunta destes vestígios com as pesquisas arqueológicas nas áreas de interesse histórico – arqueológico decorrentes da ocupação nas primeiras décadas do século XX contribuirão para a compreensão do cotidiano de unidades domésticas e laborais deste período, recorte de tempo com parca análise, conforme explana Jaime Rodrigues (2011, p. 26):

A historiografia da alimentação apresenta uma problemática evidente: o intervalo entre as épocas colonial e imperial e era do *fast-food* ou a contemporaneidade imediata. Ou seja, todo o século XX deixou de ser abordado em perspectiva histórica.

Da mesma forma, esforços para que se contemple o patrimônio arqueológico oriundo do século XX, como descreve Zanettini (2005, p. 7), de natureza “notadamente brasileira, via de regra, negligenciado por motivos meramente ideológicos, quando não meramente descartado em programas e intervenções dessa natureza em solo urbano”, estão atualmente sendo empreendidos em vários projetos de pesquisa arqueológica (GALDINO, 2012, p. 114).

Concluindo, diante da baixa relevância de vestígios históricos na ADA e dos resultados regionais obtidos neste programa, vislumbramos a viabilidade do empreendimento no âmbito do Patrimônio Cultural e manifestamo-nos favoráveis à obtenção de sua licença de instalação.

Estas são as nossas considerações.

Clayton Galdino
Arqueólogo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003;
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980;
- BAHN, P. , RENFREW, C. **Arqueología; Teorias, Métodos y Práctica**, Madrid, Ed. Akal, 1993. 571p;
- BASTOS, R. L. **Uma Arqueologia dos Desaparecidos: Identidades Vulneráveis e Memórias Partidas**, São Paulo, SP; Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010;
- BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: IPHAN – 9ª. SR, 2010;
- BATISTA, Flávio Domingos. **A tecnologia construtiva em madeira na região de Curitiba: da casa tradicional à contemporânea**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007;
- BORNAL, W.G. , Sitio Histórico São Francisco – Um estudo sob a ótica da Arqueologia da Paisagem, **Tese de Doutorado**, USP, 2008;
- BORNAL, Wagner; Galldino, Clayton. **Programa de Gestão do Patrimônio Cultural de São Sebastião, SP**. São Sebastião: Fundação Cultural, 2009;
- CAVALHEIRO. Antonio C.M. **PROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL LT 525 KV CURITIBA - CURITIBA LESTE SECCIONAMENTO LT 230 KV CD POSTO FISCAL - UBERABA SECCIONAMENTO LT 230KV CD SANTA MÔNICA – D. I. DE S.PJ**. Curitiba: EPPC, 2013;
- CHAPMAN, H. **Landscape Archaeology and GIS**, London: Tempus, 2006;
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. Ed. Edgard Blucher; UNESP. São Paulo. SP. 1999;
- CRIADO, B. F. En los bordes del paisaje. In: Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje **Critérios y convenciones em arqueologia del paisaje**, Universidad de Santiago de Compostela, n.6, 1999;

- CRIADO, B. F., LÓPEZ, M. M. del CARMEN, MARTINEZ, D. B. REINO, X. A. Especificaciones para uma gestão integral del Impacto desde la Arqueología del Paisage. **Traballos de Arqueoloxia e Patrimônio**, Universidad de Santiago de Compostela, n.26, 2002;
- CRIADO, B. F. & PARCERO, C. Landscape, Archaeology, Heritage. **Traballos en Arqueología del Paisage**, Universidad de Santiago de Compostela, n.2, 1997;
- COSTA, Lúcio. **Documentação necessária**. In: FAU-USP. **Arquitetura Civil II**. São Paulo: MEC/IPHAN, 1975;
- CURITIBA – CIDADE; ECOSSISTEMA CONSULTORIA AMBIENTAL. **Estudo de Impacto Ambiental da Linha Azul - Santa Cândida/CIC Sul do Sistema de Metrô de Curitiba no Eixo Norte/Sul da Rede Integrada de Transporte**. Curitiba: Prefeitura Municipal, s.d.;
- DOMINGUES, A. A paisagem revisitada, **Finisterra** XVIII, 72, p. 55-66 ,2002. Disponível em: <http://apha.pt/boletim/boletim3/pdf/AlvaroDomingues.pdf>. Acesso em 18 fev. 2008;
- FERRÃO, A. M. A. Arquitetura Rural e Paisagens Culturais no Brasil a partir de uma Abordagem Transdisciplinar e da Visão de Processos, **Vegueta**, 8, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, p. 133 – 147, 2004. Disponível em <http://www.webs.ulpgc.es/vegueta/downloads/08-133-148.pdf>. Acesso em 13 jul. 2007;
- KOHLRAUSCH. Arlindo Jonas Fagundes. **Introdução á história de Ponta Grossa/PR: as casas de madeira 1920 – 1950**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2007;
- KOVALSK. Rodrigo Augusto. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL COM IDENTIDADE CULTURAL NO ESTADO DO PARANÁ POSSIBILIDADES E BLOQUEIOS. Estudo de caso no município de Palmeira, na região de Santa Bárbara – PR**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2015;
- MARX. Murillo. **Nossa chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1989;
- MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. IN: YÁZIGI, E. Abdo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, p. 29-64, 2002;
- MORAIS, J. L. A Ocupação do Espaço em Função das Formas de Relevo e o Aproveitamento das Reservas Petrográficas por Populações Pré-Históricas da

Paranapanema, SP. **Coleção Museu Paulista, Série de Arqueologia, 6.** São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP. 1979;

_____. Tópicos da Arqueologia da Paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** Universidade de São Paulo, n.10, p. 3-28, 2000;

_____. A arqueologia e o fator geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** Universidade de São Paulo, n.9, p. 3-22, 1999;

OSÓRIO, M., SALGADO, T. Um Sistema de Informação Geográfica Aplicado na Arqueologia do Município de Sabugal, **Práxis Arqueológica**, 2, p. 9-22, 2007;

PEREIRA, João Batista Borges. **Italianos no mundo rua paulista.** São Paulo: Pioneira, 1974;

PILOTTO, Ângela Seixas. **Área metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intra-urbano.** Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2010;

PROUS, A. **Arqueologia brasileira, Brasília:** Editora da UnB, 1992;

PROJPAR. **Resgate e inclusão social do patrimônio arqueológico da UHE Ourinhos, SP. Caderno 2.** Pirajú: PROJPAR, s.d.;

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007;

SÃO PAULO – PREFEITURA. **Obras de arte em logradouros públicos de São Paulo – Regional Sé.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1987;

SUZUKI, Juliana Harumi. **Arquitetura de madeira: patrimônio cultural de Londrina.** In BOZELLI, Carlos. **Arquitetura de madeira na zona urbana de Londrina.** Londrina: Atrito Art, 2004.

STOCCHERO, Harley Clóvis. **Raízes históricas de Almirante Tamandaré.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2012.